

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
RIO GRANDE DO SUL - CAMPUS PORTO ALEGRE
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA**

GABRIELLI DA SILVA PIO

SALA VERDE DE ALVORADA:

Desafios para a promoção de uma educação ambiental cidadã
capaz de enfrentar os conflitos socioambientais

**PORTO ALEGRE
2016**

GABRIELLI DA SILVA PIO

SALA VERDE DE ALVORADA:

Desafios para a promoção de uma educação ambiental cidadã
capaz de enfrentar os conflitos socioambientais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências da Natureza: Habilitação Biologia e Química.

Orientador: Prof. Dr. Cassiano Pamplona Lisboa

**PORTO ALEGRE
2016**

GABRIELLI DA SILVA PIO

SALA VERDE DE ALVORADA:

Desafios para a promoção de uma educação ambiental cidadã
capaz de enfrentar os conflitos socioambientais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Sul como
requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciada em Ciências da Natureza:
Habilitação Biologia e Química.

Aprovado em _____ de _____ 2016

Prof. Dr. Cassiano Pamplona Lisboa - Orientador (IFRS - Câmpus Porto Alegre)

Profa. Dra. Helen Scorsatto Ortiz - (FACED/UFRGS)

Prof. Ms. Tiago de Mello Cargnin - (UNILASALLE)

AGRADECIMENTOS

Ao término dessa etapa quero agradecer...

...à minha mãe Ondina da Silva Pio, por todo o respeito e amor dedicado, incondicionalmente, por ter sido a minha primeira professora e incentivadora de leitura, e pela visão otimista e encorajadora sobre a vida;

...à meu pai Enir Ferreira Pio, por todos os livrinhos e gibis presenteados na infância, por todas as manhãs que acordou mais cedo para preparar o café da manhã e pelas conversas sinceras e realistas sobre as coisas do mundo;

...ao meu querido amor e melhor amigo Ricardo Lopes Bertoldi, pelo respeito, parceria, pelos inúmeros e incansáveis diálogos reflexivos e inspiradores, e pelas palavras sempre carregadas de incentivo e sabedoria;

...ao professor Cassiano Pamplona Lisboa, pelo incentivo, empréstimo de livros, generosidade, amizade e pelas aulas na componente curricular de *Educação Ambiental*;

...à professora Clarice Monteiro Escott, pelas aulas na componente curricular *Teorias sociológicas da Educação*, fundamentais para minha inserção psicológica no curso de licenciatura em Ciências da Natureza e também pela compreensão, palavras verdadeiras, puxões de orelha e posicionamento crítico;

...à professora Márcia Amaral Correa de Moraes, pelo afeto, carinho, empatia e pela oportunidade de inserção e aprendizagem no universo da pesquisa acadêmica;

...à professora Claudia Wyrvalski, pelas aulas na componente curricular de *Cálculo aplicado à termodinâmica das transformações*, pelas incansáveis explicações, pelas conversas regadas a café, pelas reflexões acerca da vida e da (des)humanidade, pelos abraços apertados e pela amizade que irá perdurar ao longo da vida;

...à professora Isabel Cristina de Moura Carvalho, pela inspiração promovida por intermédio do seu trabalho, onde me descobri educadora ambiental;

...ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Porto Alegre, por servir de suporte durante minha graduação, proporcionando diversas oportunidades dentro das áreas de pesquisa, ensino e extensão;

...aos participantes desse estudo sem os quais não seria possível resgatar uma parte importante da história da cidade de Alvorada.

Meu carinho e respeito a todos e a todas!

RESUMO

As Salas Verdes são espaços destinados a ofertar atividades de educação ambiental. Esses espaços fazem parte do Projeto Salas Verdes do Ministério do Meio Ambiente que, por intermédio do Departamento de Educação Ambiental, iniciou a implantação das salas no país em 2003. As Salas Verdes oferecem atividades de educação ambiental para escolas e grupos da sociedade em geral. A Secretaria Municipal de Educação da cidade de Alvorada possui um espaço de Sala Verde responsável por oferecer formações de educação ambiental aos docentes e alunos da rede pública municipal, além de servir como biblioteca pública e telecentro abertos à comunidade. O enfoque desse estudo foi conhecer o Projeto Salas Verdes desde a sua criação, resgatando a história do Centro de Educação Ambiental Sala Verde Ligia Rockenbach por intermédio das memórias dos fundadores, verificando a práxis da equipe que atua nas escolas municipais de Alvorada e procurando nos procedimentos adotados elementos que favoreçam uma formação crítica e a promoção da cidadania. Como metodologia de pesquisa foi utilizado o modelo de pesquisador participante, no formato observador participante, bem como em seus métodos de observação, análise documental e direcionamento ético das ações. O acompanhamento das ações e a coleta de dados ocorreu durante oito meses. Os registros das ações foram efetuados por intermédio de diário de campo e os dados construídos foram entrecruzados às informações das entrevistas semiestruturadas, sendo todo material avaliado à luz do referencial teórico. Como resultados da investigação tem-se que as atividades oferecidas atualmente pela Sala Verde de Alvorada, apesar dos esforços da equipe de trabalho e das inúmeras ações efetuadas, ainda apresentam limites no que se refere à formação crítica voltada ao exercício da cidadania. Entre os principais desafios para a promoção de uma educação ambiental cidadã capaz de enfrentar os conflitos socioambientais se destacam: a descontinuidade no desenvolvimento do trabalho ofertado nesses espaços dada pela rotatividade de servidores e pela alternância de projetos políticos-partidários; a predominância de uma visão de educação ambiental conservacionista entre os responsáveis pelas ações.

PALAVRAS-CHAVE

Projeto Salas Verdes; Educação Ambiental; Educação ambiental cidadã.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CE – Coletivos Educadores

CEA – Centro de Educação Ambiental

CEAs – Centros de Educação Ambiental

CID – Centro de Informação e Documentação Ambiental

DEA – Diretoria de Educação Ambiental

DEA/MMA – Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente

EA – Educação Ambiental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ONGs – Organizações Não Governamentais

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente

PPP – Projeto Político Pedagógico

ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

PSV – Projeto Sala Verde

PSVs – Projeto Salas Verdes

SECEX – Secretaria Executiva

SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente

SMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SMED – Secretaria Municipal de Educação

SV – Sala Verde

SVs – Salas Verdes

UCS – Unidades de Conservação

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

SUMÁRIO

HISTORICIDADE, IDENTIDADE E PRÁXIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	8
MÉTODOS E PROCEDIMENTOS: A PESQUISA PARTICIPANTE NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	21
PROJETO SALAS VERDES: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	29
CONTEXTO: O ESPAÇO DA PESQUISA.....	39
VALORIZANDO O PASSADO E O PRESENTE PARA ALMEJAR UM FUTURO PROMOTOR DE REFLEXÕES QUE FAVOREÇAM O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.....	45
De volta ao passado: resgatando a história da sala verde de Alvorada.....	45
O conceito de educação ambiental de cada sujeito entrevistado.....	52
Descrição das atividades efetuadas no passado e no presente da Sala Verde.....	62
Relato das atividades ofertadas pela primeira equipe da Sala Verde Lígia Rockenbach.....	62
Relato das atividades ofertadas pela equipe atual da Sala Verde Lígia Rockenbach.....	65
REFLEXÕES E POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO OFERTADO NA SALA VERDE DE ALVORADA.....	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	85
APÊNDICE A.....	88
APÊNDICE B.....	89
APÊNDICE C.....	90
ANEXO A.....	92

HISTORICIDADE, IDENTIDADE E PRÁXIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

O leque multifacetado que compõe o perfil da educação ambiental (EA) contemporânea se constituiu por episódios históricos de importante relevância. Dessa forma, revisitarei alguns eventos que em decorrência de suas peculiaridades possibilitaram a pluralidade dos diferentes olhares sobre a EA no século XXI. Num primeiro momento, efetuari um resgate histórico de algumas questões ocorridas nas décadas de 1960, 1970 e 1980, com intuito de construir um olhar plural do cenário social, político e econômico. Posteriormente, apresentarei elementos do marco legal da EA no Brasil e explicitarei a opção por uma intervenção de pesquisa baseada nos princípios da EA Crítica, assim como a importância de fomentarmos uma educação ambiental que capacite para o exercício da cidadania, distanciando-se de visões estritamente conservacionistas. Mesmo não enumerando todos os eventos históricos e legislações que possam ter contribuído para a pluralidade da EA, penso que esse exercício de resgate histórico reflexivo é importante para a contextualização dessa pesquisa.

Desde um ponto de vista europeu acerca dos acontecimentos que promoveram o surgimento de movimentos sociais ambientalistas, Emanuel Castells (1999) aponta que a corrida científica e o pós-guerra se destacam por demarcarem a explosão da era tecnológica. Para Castells (1999), esses eventos, deflorados em meados da década de 1970, culminaram no surgimento de movimentos sociais ambientalistas nos Estados Unidos, o que desacomodou alguns grupos da sociedade que passaram a questionar o comportamento da população, como a exemplo do *Greenpeace* (1971), do movimento *Não no meu quintal* (1978), do *Earth First* (1979), de libertação dos animais, e do *Grupo dos Dez* (1980)¹.

Convém mencionar que conceito de ambientalismo tratado por Castells se refere a “todas as formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em suas práticas, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural” (CASTELLS, 1999, p. 143). No contexto

¹ Por uma questão de enfoque, esses eventos não serão tratados na presente pesquisa. Para um detalhamento sobre eles, ver CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. A era da informação: economia, identidade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999, volume 2, Capítulo 3, O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista, p. 141-166.

sociocultural delimitado por esses acontecimentos, portanto, adquirem relevo também os movimentos de contracultura que promoviam uma ruptura dos valores da sociedade burguesa, patriótica e nacionalista, discutiam os direitos das mulheres e da comunidade negra e homossexual, e traziam à tona a necessidade de uma identidade de igualdade, liberdade e paz que se estendesse a todos os sujeitos. Castells (1999), nesse ínterim, define a contracultura como:

[...] a tentativa deliberada de viver segundo normas diversas e, até certo ponto, contraditórias em relação às institucionalmente reconhecidas pela sociedade, e de se opor a essas instituições com base em princípios e crenças alternativas (CASTELLS, 1999, p. 147).

Em meados da década de 1970, mobilizações sociais tal como o movimento *hippie*, composto em sua maioria por jovens adeptos de um modo de vida comunitário e vinculado à natureza, pronunciavam mensagens de *paz e amor*² como resposta ao momento social vivenciado. Esse novo modo de experimentar a vida buscava a ampliação dos direitos civis e a construção de uma nova consciência coletiva desapegada dos preceitos capitalistas e das demais turbulências da época. O campo musical, não menos importante, recebia em 1969 o primeiro festival de *Woodstock*³, nos EUA, e a banda musical *The Beatles*, colocava o *rock'n'roll* no auge dos estilos musicais da época (CASTELLS, 1999).

Entendo que esses movimentos introduziram novas maneiras de pensar o espaço socioambiental. De acordo com a narrativa de Castells,

O movimento ambientalista multifacetado que surgiu a partir do final dos anos 60 na maior parte do mundo, principalmente nos Estados Unidos e norte da Europa, encontra-se, em grande medida, no cerne de uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos na relação entre economia, sociedade e natureza, propiciando assim o desenvolvimento de uma nova cultura (CASTELLS, 1999, p. 142).

² Que adquiriram visibilidade e expressão gráfica por meio do símbolo criado pelo designer Gerald Holtom, que significa “proíbam a bomba” e que nasceu como emblema do movimento anti-nuclear britânico, convertendo-se posteriormente em um sinal de protesto internacional.

³Festival de rock americano idealizado por John Roberts, Joel Rosenman, Artie Kornfeld e Michael Lag, com duração de três dias, e que contou com a presença de cerca de 400.000 mil pessoas, tendo como práticas o sexo livre e o uso de drogas sintéticas, caracterizando-se como uma contracultura do modo de vida doméstico americano, difundido após Segunda Guerra Mundial.

No que se refere à história ecológica na América Latina, Enrique Leff (2007) destaca entre os precursores desse processo os estudos sobre a agricultura das civilizações mesoamericanas, de Palerm e Wolf (1972), as estratégias de apropriação múltipla da natureza na região andina, de Murra (1975), os modelos de exploração e uso dos recursos, de Sonoja e Vargas (1975), os estudos sobre o uso dos recursos nas diferentes civilizações e culturas, assim como as pesquisas sobre a interrelação entre as formas sociais de exploração, como a escravidão no Brasil, com a destruição do ambiente, de Gligo e Morello (1980). Para Leff (2007, p. 13), “talvez o primeiro historiador ambiental das Américas tenha sido Bernal Díaz de Castillo com suas crônicas sobre a conquistada Nova Espanha”. Segundo ele, as histórias sobre a destruição ecológica, assim como as que retratam os desaparecimentos das etnias formam um acervo importante que contribui para os impactos do desenvolvimento e do progresso da modernidade sobre as culturas e o ambiente (LEFF, 2007).

Penso que as discussões trazidas, tanto por Castells (1999), quanto por Leff (2007) contribuem para a montagem do quadro referencial no interior do qual se podem situar as reflexões acerca do movimento ecológico mundial.

Inevitavelmente, essas movimentações populares e acontecimentos externos influenciaram a política interna nacional. Em 1964 iniciamos um período de opressão com a Ditadura. Dentro desse período, os movimentos estudantis e a eclosão do movimento de contracultura na música popular tiveram um papel importante. Em 1965, o movimento cultural denominado Tropicália ou *Panis et Circencis*, organizado pelos jovens Caetano Veloso e Gilberto Gil, trouxe e apresentou à sociedade um álbum que mudou os rumos da música e da cultura brasileira em um período de repressão, onde a liberdade de expressão era criminalizada e a sociedade convivia com a tortura e com o cerceamento da liberdade (GRANDO, 2014).

Por intermédio de metáforas e acrósticos, entre outros, as músicas que compõem o álbum chamavam a atenção para o comportamento social consumista, o progresso depreciativo e para a imposição da cultura estrangeira burguesa e descontextualizada que desvalorizava as características de território e diversidade cultural do Brasil.

Com o fim da Ditadura, no ano de 1985 com a Nova República, as discussões acerca do progresso consumista, foram intensificadas no espaço social, moldando o que podemos chamar de um ecologismo⁴ nacional. Penso que o encaminhamento do movimento ecologista emergiu em resposta a essa ordem social capitalista de consumo desenfreado e devido, também, à desvalorização dos territórios e espaços das comunidades que integram a diversidade multicultural.

No que tange a educação ambiental propriamente dita, um marco histórico importante em nível mundial foi a I Conferência Intergovernamental sobre EA, organizada pela UNESCO, em 1977, em Tbilisi – CEI, Geórgia, a qual arregimentou o ponto de partida para o programa internacional de EA.

No que se refere ao Brasil, alguns documentos apontam que “a educação ambiental surge muito antes da sua institucionalização no governo federal” (BRASIL, 2014, p. 15), porém, o Decreto nº 73.030 de 30 de outubro de 1973 que criou a extinta Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), ligada à Presidência da República, aparece como o marco histórico da “política pública, não pontual, no Brasil” (SORRENTINO *et al*, 2005, p. 289).

Desde então, o país tem elaborado e contribuído para formulação de documentos que direta ou indiretamente influenciaram as construções acerca da EA nas diferentes esferas sociais. Dessa forma, seis elementos os quais julguei com potencial relevância merecem destaque: a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) de 1981; a Constituição Federal de 1988; o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, e a Agenda 21, em 1992; o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA⁵) de 1994; a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) de 1999 e a Resolução nº 2, de Junho de 2012 que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Tendo como norte esse pequeno grupo de documentos, efetuei um movimento de reflexão acerca das contribuições de cada um deles.

A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei nº 6.938/1981, faz uma única menção à educação ambiental em seu Art. 2º ao sinalizar que a educação ambiental deve ser ofertada em todos os níveis de ensino, devendo

⁴Ecologismo enquanto “repúdio a uma racionalidade instrumental, aos ideais do progresso, ao individualismo e a lógica do custo-benefício meramente econômico” (CARVALHO, 2012, p. 48).

⁵Sigla inicialmente escrita como PRONEA, em 1994, e modificada para ProNEA, em 1999.

ser fomentada na educação da comunidade, com objetivo de capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente.

O Art. 225 da Constituição Federal de 1988 define que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nesse artigo da Constituição Federal, uma única consideração é efetuada sobre a educação ambiental, dizendo que ela deve ser promovida em todos os níveis de ensino e deve conscientizar publicamente para a preservação do meio ambiente. Ou seja, reproduz o mesmo discurso da Política Nacional de Meio Ambiente. No ano seguinte, a Lei nº 7.797/1989 criou o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) que passou a financiar ações de EA em meados da década de 1990.

No ano de 1992, além da criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) ressaltou a elaboração do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, o qual demarca a importância do caráter civil e coletivo da EA, reconhecendo-a como um ato dinâmico, político, e ideológico, capaz de promover transformações sociais (BRASIL, 2005; 2014).

A Agenda 21, um documento de 40 capítulos que define estratégias de sobrevivência atreladas a questões sociais, econômicas e ambientais, foi constituída e assinada por 179 países na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), popularmente conhecida como Rio-92, ou Cúpula da Terra. Esse documento é considerado um plano de ação para o século XXI, em razão de apontar áreas para programas de EA, bem como levar em consideração as bases geográficas, a proteção ambiental, a economia e a justiça social.

Durante a Rio-92 além da elaboração da Agenda 21 o Ministério da Educação e Cultura, em parceria com a sociedade civil criaram a Carta Brasileira para Educação Ambiental a qual fomentou no mesmo ano o 1º Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental (CEAs) considerados espaços de referência em EA

no país. Com os relatos das equipes dos CEAS o MEC pode direcionar a implantação de novos espaços para a oferta de EA no país (BRASIL, 2005; 2014).

Com intuito de atender à Constituição Federal de 1988 e as promessas da Rio-92 a Presidência da República lançou em 1994 o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). Em resumo, os executores do ProNEA são os setores de EA do MMA e a Coordenação de EA do MEC. Segundo a versão 2005, o ProNEA “tem como eixo orientador a perspectiva da sustentabilidade ambiental na construção de um país de todos” (BRASIL, 2014, p. 23).

Dentre as diretrizes do ProNEA estão a transversalidade, a interdisciplinaridade⁶, a descentralização, a sustentabilidade socioambiental, a democracia, a participação social, o aperfeiçoamento e fortalecimento dos sistemas de ensino e meio ambiente e outras questões atribuídas à EA (BRASIL, 2014), que vão ao encontro da política nacional de educação ambiental, pois orientam os agentes em suas práticas.

A Lei nº 9.795/99 regulamentada pelo Decreto nº 4.281 a qual instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), dispõe sobre a educação ambiental no país, delimitando o conceito e os princípios da EA, os diferentes atores envolvidos na esfera de ação, as atribuições da EA no espaço escolar e da EA não formal. Entre outras questões, a PNEA estabelece no Artigo nº 13 a importância das ações práticas direcionadas à defesa da qualidade do meio ambiente, exercidas por instituições de educação ambiental não formal. Apesar do termo educação ambiental não formal aparecer no texto da política, não há uma clareza de como as ações podem ser desenvolvidas nesses espaços, portanto considero que essa lacuna da política demanda maior atenção e detalhamento a partir do diálogo entre diferentes saberes da sociedade.

O conjunto de documentos apresentados até o momento apresenta termos amplamente discutidos na comunidade acadêmica como: preservação ou conservação do meio ambiente, defesa do meio ambiente, sustentabilidade

⁶Entendo interdisciplinaridade como “mediação entre conhecimentos e articulação de saberes, na qual as disciplinas estejam em situação de mútua coordenação e cooperação” (CARVALHO, 2012, p. 121). É importante identificar que as disciplinas escolares se mantêm nessa construção.

ambiental e desenvolvimento sustentável. Ao nos apropriarmos desses e outros termos, entretanto, é importante que estejamos conscientes dos múltiplos significados que assumem em diferentes discursos e contextos, bem como da possibilidade de acabarmos corroborando uma visão de natureza intocada que existe fora do espaço social e não integra (tampouco dialoga com) os sistemas humanos. Quando pensamos em proteger a natureza como se ela fosse um objeto que possuímos, ou quando acreditamos que os nossos comportamentos de consumo não devem ser modificados desde que o façamos de forma “sustentável”, estamos reproduzindo discursos e valores típicos do modelo de desenvolvimento capitalista que impõe à sociedade uma cultura de consumo e que colaborou para colapso ambiental que enfrentamos atualmente.

Tendo em vista a importância da construção de novos valores, portanto, entendo que a Resolução nº 2 de 15 de Julho de 2012 que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Ambiental merece destaque porque, diferente dos discursos apresentados nos documentos anteriormente citados, introduz uma visão que dialoga com os diferentes saberes e que coloca a EA em uma posição de prática político-pedagógica transformadora e emancipatória que caminha a favor construção de novas relações entre sociedade e ambiente. É um documento que defende e valoriza a diversidade étnica e racial, a multiculturalidade a pluriethnicidade e as características biogeográficas do país. Penso que esse olhar solidário e ético do espaço social dialoga de forma mais estreita com as especificidades nacionais, instaurando uma utopia e uma referência aos processos que envolvam a EA no Brasil.

Isto posto, reitero a premissa de que os fundamentos da EA são consequência de um processo histórico, dialético, que contribuiu de certa forma com os diferentes discursos sobre a EA no país. As organizações capitalistas, por sua vez, também fazem parte desse cenário por tentarem impor a visão de natureza utilitária, descontextualizada do espaço social. Essa correlação de forças dificulta

que a sociedade contemporânea consiga adotar uma posição de reciprocidade com todos aqueles que coabitam a Terra, humanos ou não humanos⁷.

A oferta de uma EA que saiba valorizar as características dos diferentes seres que habitam o planeta demanda a formação de educadores ambientais que saibam promover e problematizar reflexões acerca do conjunto complexo de variáveis que compõem a trama social. A trama conceitual que compõe EA deve ser, nesse sentido, complexa, isto é, contemplar as esferas social, econômica, política, cultural, ambiental, biológica, entre outras que compõem o espaço socioambiental.

Ainda, nesse movimento de encontro com a EA nacional, destaco a publicação do MMA denominada Identidades da Educação Ambiental Brasileira (BRASIL, 2004), elaborada com intuito de ampliar o debate acerca do vocábulo, oportunizando um espaço de socialização das singularidades da EA. O texto resgata a identidade da EA brasileira na perspectiva de diferentes autores, porém, para fins de esclarecimento e resumo, organizei os relatos em cinco categorias que deram origem ao Quadro 1.

Quadro 1 – Identidades da educação ambiental brasileira.

Denominação	Caracterização básica
Educação ambiental crítica	Reflete sobre a mudança de valores e a formação de um sujeito ecológico com uma visão de cidadania crítica.
Ecopedagogia	Exibe uma visão holística de mundo vinculada à pedagogia freiriana, revisitada pela perspectiva de Moacir Gadotti.
Educação ambiental transformadora	Resgata os conceitos de dialética na busca de uma EA revolucionária e problematizadora do contexto social.
Educação ambiental emancipatória	Apresenta um comparativo entre a EA convencional e a libertadora defendendo uma análise sociológica, política e teórico crítica, alicerçada na ação-reflexiva dos sujeitos.
Alfabetização ecológica	Fundamenta-se nos princípios de ecoplanejamento,

⁷Conforme Carvalho e Steil (2013, p. 64) ao citarem o trabalho do antropólogo Tim Ingold, os não humanos “são dotados de substância própria e possuem uma vida para além das atribuições, demandas e necessidades humanas”.

	cooperação, autopotencialização e empoderamento.
--	--

Fonte – elaboração própria⁸.

Nessa mesma busca pela tipificação das diferentes identidades da EA, verifiquei que Lucie Sauvé (2005) enumera quinze correntes⁹ de educação ambiental, sendo nomeadas e organizadas por ela em dois grupos: as correntes mais antigas, a saber, naturalista, humanista, conservacionistas/recursista, resolutive, sistêmica, científica e moral/ética; e as correntes consideradas mais recentes, denominadas de holística, biorregionalista, prático, crítica, feminista, etnográfica, da ecoeducação e da sustentabilidade. Com a proposição das quinze correntes a autora apresenta aquilo que considera ser o leque de identidades da EA, propondo uma análise geral de cada uma delas.

Ainda, tratando da multiplicidade da EA, porém com uma construção mais objetiva, Schwanke (2013) enumera seis correntes de EA, sendo elas “alfabetização ecológica, educação ambiental crítica, educação ambiental transformadora, educação ambiental emancipatória, ecopedagogia, educação socioambiental” (p. 61), aproximando-se da definição apresentada pelo MMA em 2004.

Estudos como o de Layrargues (2000) apontam que no Brasil e no mundo, na década de 90, surgiram novas nomenclaturas como Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Ecopedagogia, Educação para a Cidadania e Educação para Gestão Ambiental (p. 01), sendo que esta última,

[...] avança no detalhamento de uma das dimensões da educação ambiental, já sinalizada desde Tbilisi, no que se refere ao desenvolvimento da cidadania e da democracia ambiental. Assim sendo, ela deve ser entendida como um subconjunto da educação ambiental. (LAYRARGUES, 2000, p. 05)

Para o autor essa educação para a Gestão Ambiental que visa dar conta ou que toma como ponto de partida um conjunto de características peculiares, sendo

⁸ Quadro elaborado com base na publicação - BRASIL. Identidades da educação ambiental brasileira. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.156p.

⁹ Palavra definida por Sauvé como “linha de pensamento e atuação na educação ambiental” (SAUVÉ, 2005, p. 17).

elas: a dificuldade de quantificar a força de trabalho da natureza e os serviços prestados por ela; a diferenciação entre os conceitos de perigo e risco ambiental, para o entendimento daquilo o que estamos chamando de desastres ambientais; as questões relacionadas à justiça ambiental que não distribui igualmente o risco ambiental entre os pobres e as minorias étnicas, em relação ao conjunto da sociedade; os regimes de propriedade dos recursos naturais, tendo em vista a possibilidade de “tragédia dos bens comuns” dada pela não regulação do uso; e a visão da natureza como um patrimônio coletivo passível de privatização e transformação em mercadoria (LAYRARGUES, 2000).

Para o autor, o modelo de educação para a Gestão Ambiental se destaca pois “desponta como uma recente e estratégica oportunidade para o educador lançar-se no desafio da construção de uma cidadania ainda não consolidada no país”, uma vez que enfrentar a “problemática socioambiental combatendo concomitantemente os conflitos sociais” (LAYRARGUES, 2000, p.29). Essa perspectiva confirmaria o caráter político da educação para a Gestão Ambiental, podendo esta ser considerada uma modalidade de educação para a gestão dos conflitos socioambientais.

Outro apontamento importante efetuado pelo autor é a intensificação do descrédito da educação ambiental no cenário internacional, “tanto pela ausência de resultados concretos, quanto pela fragilidade metodológica de sua prática” (LAYRARGUES, 2000, p. 05), sendo muitas vezes as práticas educativas relativas ao meio ambiente:

[...] consideradas atividades de educação ambiental que na verdade poderiam ser entendidas como atividades de educação conservacionista, uma vez que são desenvolvidas [...] de forma reducionista, enfocando apenas a dimensão natural e técnica, apesar do consenso discursivo de que a educação ambiental deve ser trabalhada sob uma perspectiva integral e holista (LAYRARGUES, 2000, p. 06).

Essa visão conservacionista dificulta a construção de um olhar holístico da complexa trama que envolve a EA e têm sido intensamente utilizada nas escolas e nas instituições em geral.

Destarte, entendo que a pluralidade de conceitos de EA foi construída em um cenário diversificado onde a maioria da legislação que trata do tema direciona a um discurso limitado e superficial que reforça as visões dicotômicas que separam “natureza e sociedade” (CARVALHO, 2012, p. 37), potencializando as dificuldades de interpretação e apropriação da EA pelas comunidades.

Assim, após verificar as tipologias da EA optei por tomar o conceito de Educação Ambiental Crítica como norte reflexivo, uma vez que esse referencial favorece os valores sociais, morais e éticos almejados nesse estudo. Entendo que esse seja o referencial mais adequado por sua capacidade de transitar entre os múltiplos saberes, sejam eles científicos, populares, ou tradicionais, ampliando a visão do ambiente, e considerando os múltiplos sentidos que os grupos sociais lhe atribuem (CARVALHO, 2012, p.125). Dentro da EA Crítica destaca-se a figura marcante do *sujeito ecológico*, um tipo ideal que se converte em um balizador de esperanças. Esse sujeito caracteriza-se, entre outras coisas, por sua consciência, engajamento, atitude motivadora, capaz de enxergar a complexidade da temática ambiental. O sujeito ecológico, segundo Carvalho (2013) é,

[...] um modo de descrever um conjunto dos ideais que inspira atitudes ecologicamente orientadas. O sujeito ecológico é incorporado pelos indivíduos ou pessoas que adotam uma orientação ecológica em suas vidas, bem como, pode ter efeito sobre instituições que se definam por esta orientação. O sujeito ecológico, portanto, designa a internalização ou subjetivação de um ideário ecológico (CARVALHO, 2013, p. 115).

Sabendo que, como em relação a qualquer outro modelo, as pessoas que se identificam com o ideal do sujeito ecológico não conseguirão adotá-lo integralmente em suas vidas, Carvalho (2013) destaca que, ao menos as preocupações ecológicas que permearão a vida desses sujeitos estarão ligadas a um modelo de identificação social e pessoal que não é universal, visto que nem todo mundo irá se identificar com a forma ecológica de ser.

Portanto, não se deve imaginar o sujeito ecológico como “uma pessoa ou grupo de pessoas completamente ecológicos em todas as esferas de suas vidas ou ainda como um código normativo a ser seguido e praticado em sua totalidade por todos os que nele se inspiram” (CARVALHO, 2012, p. 67), mas como um perfil que

pode ser identificado por sua “postura ética e crítica à ordem social vigente que se caracteriza pela produtividade material baseada na exploração ilimitada dos bens ambientais” (CARVALHO, 2012, p. 67). Vejo a ética como a filosofia da moral e a postura ética como uma construção moral alicerçada em princípios que não se desconectam das condições *históricas, políticas, econômicas e culturais* da ação moral, embora a existência da moral não signifique uma presença explícita de ética (CHAUÍ, 2000, p. 435). Dessa forma, os objetivos da EA devem estar ligados a um ideal de compreensão ético-social construindo valores e atitudes que possibilitem o diálogo de saberes.

Os utópicos sujeitos ecológicos também podem ser definidos como sujeitos que acreditam em uma nova realidade social. Assim, ao se depararem com os problemas contemporâneos não se limitam às questões comerciais, financeiras ou políticas, porque compreendem a complexidade da trama social, refletindo de maneira holística, levando em consideração as multiculturalidade e territorialidade.

Inspirada em uma perspectiva de educação ambiental crítica, portanto, busquei compreender o trabalho oferecido pelo Centro de Educação Ambiental Sala Verde Ligia Rockenbach, localizado na cidade de Alvorada, onde são ofertadas atividades de EA para as escolas da rede pública municipal. Assim, o enfoque desse estudo foi conhecer o Projeto Sala Verde desde a sua criação, verificando a práxis da equipe que atua nas escolas municipais de Alvorada, reconhecendo os atores envolvidos no processo e identificando nos procedimentos adotados elementos favoreçam uma formação crítica e a promoção da cidadania.

Os movimentos efetuados nessa pesquisa foram: caracterização do conceito de educação ambiental tendo como base o referencial teórico; reconhecimento da política pública do Ministério do Meio Ambiente que criou as Salas Verdes; resgate da história de criação dos Centros de Educação Ambiental e das Salas Verdes; realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos ligados a fundação do Centro de Educação Ambiental Sala Verde Ligia Rockenbach de Alvorada e com as atuais servidoras; participação em algumas das atividades oferecidas pela Sala Verde a escolas e a docentes do município de Alvorada; e, por fim, análise dos dados à luz do referencial teórico.

É importante ressaltar que o tempo disponível para a realização dessa pesquisa, infelizmente, impossibilitou o aprofundamento de uma série de questões de interesse que precisariam ser consideradas para a construção de um quadro referencial mais completo. Além disso, ao longo da realização da pesquisa, identifiquei uma limitada bibliografia que avalia o trabalho das Salas Verdes. Assim sendo, o presente trabalho se projeta como uma modesta contribuição ao campo da educação ambiental e me provoca a dar continuidade e a aprofundar as reflexões que o constituem.

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS: A PESQUISA PARTICIPANTE NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.

O objetivo geral desta investigação foi resgatar a história da Sala Verde Ligia Rockenbach - localizada no município de Alvorada, RS, Brasil - por intermédio das memórias dos seus fundadores, caracterizar as ações desenvolvidas neste espaço e procurar nos procedimentos adotados pela equipe de trabalho elementos favoreçam uma formação crítica e a promoção da cidadania.

Para tanto, o estudo teve como objetivos específicos: caracterizar o Projeto Salas Verdes, desde a sua criação; situar, nesse contexto, a criação da Sala Verde Ligia Rockenbach; verificar a práxis da equipe da Sala Verde que atua junto às escolas municipais de Alvorada; reconhecer os atores envolvidos no processo; e analisar as atividades desenvolvidas, tendo em vista que a Sala Verde de Alvorada é a uma peça fundamental nas atividades formativas dos docentes e alunos da rede municipal, no que concerne a formação em educação ambiental.

Destarte, tendo em vista a importância da metodologia de pesquisa na consecução dos objetivos postos, justificarei e detalharei nas linhas que seguem a opção pelo modelo de pesquisa participante, no formato observador participante, bem como seus métodos de observação, análise documental e direcionamento ético das ações. Afinal, segundo Stubbs e Delamont (1976, *apud* LÜDKE, 2013, p. 18), “a natureza dos problemas é que determina o método, isto é, a escolha do método se faz em função do tipo de problema estudado”.

Assim, o desenvolvimento de uma pesquisa em educação implica na adoção de uma série de procedimentos fundamentais dentre os quais se encontram a coleta de informações e documentos, o resgate de trabalhos desenvolvidos anteriormente na área de estudo e a triagem de um referencial teórico que de suporte às ideias e paradigmas do autor. Dessa maneira, tão importante quanto a seleção do tema de pesquisa é a escolha da metodologia a ser utilizada, uma vez que o método funciona como a bússola que norteará as ações do pesquisador, proporcionando-lhe a organização e o direcionamento possível ao tratamento dos dados adquiridos ao longo do estudo. Outra questão que não deve passar despercebida é a visão de mundo do pesquisador a qual irá, inevitavelmente, influenciar na forma como ele direciona seus pensamentos e reflexões (LÜDKE, 2013).

A pesquisa em educação durante muito tempo foi associada a um paradigma positivista, o qual, em decorrência de suas peculiaridades, dificultou a construção investigativa dos educadores. Estes passaram, pois, a buscar novas soluções metodológicas capazes de atender as suas demandas (LÜDKE, 2013). Utilizando um novo olhar direcionado às pesquisas em educação “surgiu à pesquisa participante, ou participativa, ou ainda emancipatória” (LÜDKE, 2013, p. 9), atendendo assim as múltiplas variáveis que ocorrem na área da educação.

Nesse contexto, não se trata de minorar os métodos de estudo científicos que se apoiam em fenômenos físicos ou naturais, mas de adequar a pesquisa em educação num padrão que favoreça as suas particularidades, promovendo o confronto dos dados de maneira natural, despindo-os de métodos experimentais estritamente cartesianos e analíticos, visto que “em educação as coisas acontecem de maneira tão inexplicável que fica difícil isolar as variáveis envolvidas e, mais ainda, apontar claramente quais são as responsáveis por determinado efeito” (LÜDKE, 2013, p. 4).

Dentre as opções de metodologia analisadas para a abordagem dessa pesquisa, que tem como objeto de estudo a atuação da Sala Verde localizada no município de Alvorada, também tomei conhecimento de outros métodos utilizados em educação, não menos importantes do que a pesquisa participante, denominados de pesquisa-ação¹⁰, pesquisa etnográfica¹¹ ou naturalística e estudo de caso. No entanto, tomando como base minha interação com o espaço de pesquisa¹², julguei mais apropriada a utilização dos procedimentos descritos na modalidade de pesquisa participante. Ela se destaca por ser “um método de pesquisa científica, no qual a participação da coletividade organizada permite uma análise objetiva e autêntica da realidade social em que o pesquisador é partícipe e aprendiz comprometido no processo” (BRANDÃO; STRECK, 2006, p. 113).

A observação participante, conforme Denzin (1978, p. 183, *apud* LÜDKE, 2013, p. 32) é “uma estratégia de campo que combina simultaneamente a análise

¹⁰THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa ação*. São Paulo: Cortez, 1985.

¹¹ANDRÉ, M. E. D. A abordagem etnográfica: uma nova perspectiva na avaliação educacional. *Tecnologia Educacional*, ABT, nº 24, set./out. ANDRÉ, M. E. D. A. Estudo de caso: seu potencial na educação. *Cadernos de pesquisa*, nº 49, maio 1984.

¹²Como fiscal ambiental do município de Alvorada costumo encontrar os sujeitos da pesquisa em eventos, reuniões e atividades de educação ambiental.

documental, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e a observação direta e a introspecção”. Na visão de Brandão e Streck (2006), sujeitos com construções identitárias tradicionais podem considerar o modelo participante tendencioso, questionando a sua confiabilidade. No entanto, destaco a definição apresentada para esse modelo de pesquisa, traduzido como:

[...] um repertório múltiplo e diferenciado de experiências de criação coletiva de conhecimentos destinados a **superar a oposição sujeito/objeto** no interior de processos que geram saberes [e somado a isso propiciam] experiências que sonham substituir o antigo monótono eixo: pesquisador/ pesquisado, conhecedor/ conhecido, cientista/ científico, pela aventura perigosa [...] da criação de redes, teias e tramas formadas por diferentes categorias entre iguais/ diferentes sabedores solidários do que de fato importa saber (BRANDÃO; STRECK, 2006, p. 12, grifo meu).

Com essa afirmativa, os autores posicionam-se de maneira crítica e esclarecedora em relação à pesquisa participante, atribuindo-lhe um significado que se aproxima dos estudos antropológicos e que conversa com as tendências vinculadas aos movimentos de contracultura, entendida nesse contexto como:

[...] a tentativa deliberada de viver segundo normas diversas e, até certo ponto, contraditórias em relação às institucionalmente reconhecidas pela sociedade, e de se opor a essas instituições com base em princípios e crenças alternativas (CASTELLS, 1999, p. 147).

Tendo como base o conjunto de estratégias supracitadas, considero essa pesquisa de natureza qualitativa, tomando como método de observação a inserção e participação da pesquisadora no ambiente estudado durante um período de oito meses, efetuando os registros das ações com diário de campo, entrecruzando as informações coletas com entrevistas semiestruturadas dos sujeitos e análise documental.

A escolha do período de oito meses ocorreu devido à importância do período de observação nesse tipo de pesquisa, uma vez que “quanto mais curto o período de observação, maior a probabilidade de conclusões apressadas, o que compromete a validade do estudo” (LÜDKE, 2013, p. 34) e porque as ações do objeto de estudo, no caso a Sala Verde Ligia Rockenbach de Alvorada, ocorrem durante todo o ano,

havendo uma diversidade muito grande de atividades ofertadas a diferentes públicos. Com o acompanhamento sistemático de no mínimo uma ação por mês observei parte das atividades oferecidas à comunidade alvoradense.

Sobre a escolha do diário de campo, optei por essa ferramenta porque além de ser “a forma mais frequentemente utilizada nos estudos de observação” (LÜDKE, 2013, p. 37), favorece anotações no momento da atividade, evitando que eu tivesse que contar com a memória para retornar ao processo de escrita da pesquisa (LÜDKE, 2013). Essa ferramenta foi utilizada com tranquilidade, uma vez que escolhi a transparência metodológica do observador participante, eticamente a opção que melhor se enquadrou em meu estudo, pois,

O “observador como participante” é um papel em que a identidade do pesquisador e os objetivos do estudo são revelados ao grupo pesquisado desde o início. Nessa posição, o pesquisador pode ter acesso a uma gama variada de informações, até mesmo confidenciais, pedindo cooperação ao grupo (JUNKER, 1971, *apud* LÜDKE, 2013, p. 34).

Assim o princípio ético que integra esse formato de observação é a possibilidade de divulgar os objetivos e metas da pesquisa aos sujeitos participantes favorecendo o trabalho de pesquisa, visto que as anotações podem ser efetuadas com tranquilidade, sem causar constrangimentos. Cabe salientar que as observações com diário de campo dessa pesquisa iniciaram no mês de março do ano 2016, com suporte do professor orientador.

No que se refere à escolha da entrevista semiestruturada como um dos instrumentos de coleta das informações, compreendo que “a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados” (LÜDKE, 2013, p. 38), propiciando “a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” (LÜDKE, 2013, p. 38).

Entrevistei cinco sujeitos, sendo três servidoras atuantes da Sala Verde alvoradense e dois fundadores do Centro de Educação Ambiental Sala Verde Ligia Rockenbach. Apesar dos dois fundadores não atuarem mais no Centro de Educação Ambiental, exercem atividades como docente (Entrevistado A) e como servidora de uma secretaria de governo do município (Entrevistada B) e até o presente momento

traziam apenas na memória o histórico da implantação da Sala Verde, visto que a documentação original foi extraviada durante uma das trocas do governo municipal. Por questões éticas, os nomes dos entrevistados foram preservados no texto do TCC. Tomei o cuidado de identificar na escrita, contudo, o gênero de cada um. Apesar do consentimento para uso dos nomes verdadeiros, penso que as considerações acerca do cenário político, destacadas nos discursos das entrevistas, possam vir a comprometer a atuação cotidiana desses profissionais no serviço público. Para contextualizar as narrativas produzidas por cada um desses sujeitos, apresento abaixo uma breve biografia dos entrevistados, enfatizando suas formações, suas atuações profissionais e seus vínculos com o espaço da Sala Verde:

Entrevistado A (45 anos) formado em Biologia na UFRGS, com Mestrado em Ecologia Aquática pela UFRGS e Doutorado em Educação pela Universidade Evangélica do Paraguai, sendo morador de Alvorada desde o ano de 2005, onde vive com a esposa e uma filha pequena. Atualmente é professor da disciplina de Ciências em duas escolas municipais. Trabalhou durante oito anos como Diretor da Sala Verde, conhecendo o espaço desde que era considerado um Núcleo de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Educação, sendo um dos fundadores do Centro de Educação Ambiental Sala Verde Ligia Rockenbach. É reconhecido como uma das lideranças na luta pelas causas ambientais em Alvorada, sendo colunista de um jornal local.

Entrevistada B (42 anos) formada em Biologia, com formação inicial na Licenciatura, complementando o Bacharelado posteriormente. Possui Mestrado e Doutorado em Diversidade e Manejo da Vida Silvestre pela UNISINOS, e trabalha em Alvorada desde 2003. Foi professora do município e atuou na Sala Verde como Coordenadora de Projetos, de 2005 a 2012, quando o espaço ainda era considerado Núcleo de Educação Ambiental da SMED. Atualmente é integrante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente onde atua como Coordenadora do setor de Licenciamento Ambiental. É uma das fundadoras do Centro de Educação Ambiental Sala Verde Ligia Rockenbach.

Entrevistada C (40 anos) enquanto aluna de escola pública, almejou ser professora desde criança. Com 18 anos fez seu primeiro concurso e antes dos 19 anos foi nomeada para trabalhar em Alvorada. É professora da Rede Pública Municipal de Alvorada há 22 anos e de carreira há 26 anos. Reside em Sapucaia do Sul. Trabalhou durante 15 anos em uma escola seriada. Foi Diretora do Centro de Formação Florestan Fernandes de Alvorada durante um ano, atuando principalmente da educação de jovens e adultos. Assumiu a coordenação do Centro de Educação Ambiental Sala Verde Ligia Rockenbach em 2014. É uma apaixonada pela docência se declara muito feliz na profissão.

Entrevistada D (58 anos) é moradora de Porto Alegre, formada em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) com pós-graduação em Educação Ambiental pela instituição La Salle e Mestrado em Sustentabilidade na Universidade de Asunción, Paraguai. Realizou diversos cursos na área de educação e gestão ambiental ao longo de 20 anos de trajetória. Foi professora do Estado durante sete anos e atua há dez como professora do município de Alvorada. Nos últimos dois anos trabalha concomitante na Sala Verde e na rede municipal, ministrando também aulas em um curso de Jardinagem do município, vinculado à Educação de Jovens e Adultos.

Entrevistada E (38 anos) se formou no Magistério e aos 18 anos passou no concurso do município de Alvorada lecionando, desde então, nessa cidade. Contabiliza já 20 anos de carreira como docente. Ingressou duas vezes na universidade e teve que sair por motivos pessoais. Atualmente é graduanda do curso de Pedagogia da UFRGS. Foi aluna de um curso de Educação Ambiental oferecido pela UFRGS, espaço onde conheceu a atual coordenadora da Sala Verde e foi convidada a fazer parte da equipe. Atuava nas escolas municipais com alunos de 1º a 6º ano trabalhando com a temática de Educação Ambiental. Atualmente é moradora de Viamão.

Essas são as trajetórias dos sujeitos que responderam aos questionamentos da entrevista semiestruturada. A opção por esse método de entrevista ocorreu com base nos apontamentos de Lüdke (2013), ao elucidar que,

Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde **não há a imposição de uma ordem rígida de questões**, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. Na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira natural e autêntica (LÜDKE, 2013, p. 39, grifo meu).

Para as entrevistas foram elaborados dois instrumentos roteiros diferentes, um para as atuais servidoras (APÊNDICE A) e outro para os fundadores (APÊNDICE B). As entrevistas com as atuais servidoras foram individuais, tendo como local de encontro a Sala Verde. A entrevista com os dois fundadores foi coletiva e ocorreu sob a forma de *grupo de rememoração*, sendo que o local de encontro foi o ambiente de trabalho da Entrevistada B. O termo rememoração é uma variação e adaptação do que tradicionalmente chamamos de grupo focal ou grupo de discussão. Essa nomenclatura foi proposta por Lisboa (2007) ao sugerir uma forma de entrevista que promovesse a reflexão e a verbalização coletiva de uma experiência. Segundo o autor, os encontros coletivos são um espaço de reencontro, de sociabilidade, de fala e de escuta, onde ocorre a reflexão silenciosa e a verbalização coletiva, favorecendo o atravessamento e a relação mútua entre passado, presente e futuro (LISBOA, 2007).

De fato, durante a entrevista do grupo de rememoração os fundadores complementavam as falas um do outro, auxiliando na reconstrução da memória da implantação da Sala Verde. Considero que a amizade de longa data e a proximidade entre os dois fundadores foi um elemento importante para a coesão do relato, pois durante a entrevista havia um clima de descontração e tranquilidade nas falas.

Em contrapartida, penso que durante as entrevistas individuais das atuais servidoras da Sala Verde havia uma preocupação com as respostas, mesmo após um processo de convivência de cerca de seis meses com a pesquisadora. Todos os entrevistados foram alertados sobre as intenções do estudo e aderiram voluntariamente às entrevistas, tendo sido previamente informados pela pesquisadora dos objetivos, da metodologia, das ações que seriam empregadas e dos riscos e garantias na participação (mediante a utilização de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – APÊNDICE C).

Seguindo na explicação da metodologia, a análise documental utilizou leis e programas governamentais (documentos do tipo oficiais), livros (documentos do tipo técnico), teses, artigos (documentos do tipo pessoais), dado que “os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador” (LÜDKE, 2013, p. 45). Cabe salientar que “a escolha dos documentos não é aleatória” (LÜDKE, 2013, p. 47) e a elucidação do histórico de criação das Salas Verdes demandou a utilização de documentos diversificados. Dessa maneira, entendo que a interpretação dos materiais coletados exigiu uma leitura criteriosa do referencial teórico escolhido, bem como dos termos e objetos estudados. Com isso acredito que tenha alcançado um resultado verossímil e coerente com o delineamento do assunto pesquisado.

A análise qualitativa dos dados ocorreu à luz do referencial teórico e o foco do estudo foi delimitado progressivamente, assim como o aprofundamento da literatura, onde procurei desenvolver da melhor maneira possível o tratamento e análise dos dados adquiridos (LÜDKE, 2013) e a leitura dos materiais iniciou no mês de fevereiro de 2016 e seguiu ao longo do mesmo ano até o final da pesquisa.

Diante dos inúmeros objetivos desse estudo reconheço minha “impossibilidade de separar os valores pessoais do processo de pesquisa” (LÜDKE, 2013, p. 60), deixando explícito o critério de seleção para a escolha de determinados dados, situações e pessoas entrevistadas (LÜDKE, 2013, p. 60), mantendo uma atitude flexível e transparente.

Elucidada a metodologia, no capítulo que segue, resgatarei alguns movimentos da política de educação ambiental e dos caminhos que culminaram na criação do Projeto Salas Verdes no país.

PROJETO SALAS VERDES: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A elaboração e a implantação de políticas públicas são fatores inerentes aos processos de transformação social. Dentro do universo de políticas públicas existentes, a educação ambiental, foco central dessa pesquisa, destaca-se por seu caráter antiparalelo: presente tanto nas temáticas de cunho ambiental, quanto nas de universo educacional. Diante da importância do conceito de política pública, cabe uma breve elucidação. Conforme Sorrentino *et al* (2005, p.290),

[...] a educação ambiental insere-se nas políticas públicas do Estado brasileiro [...] como crescimento horizontal (quantitativo) e vertical (qualitativo), pois enquanto no âmbito do MEC pode ser entendida como uma estratégia de incremento da educação pública, no do MMA é uma função de Estado totalmente nova.

Observando o fragmento é possível interpretar que as políticas de EA representaram uma mudança de paradigma, atrelada ora a conceitos científicos, ora a considerações políticas, as quais proveram novos significados a noção de meio ambiente, visto por longa data como bem (isto é, predominantemente em função de sua utilidade) e inesgotável. Sendo assim, as políticas de EA nascem como,

[...] um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza (SORRENTINO *et al*, 2005, p. 288).

Ou seja, a inserção de políticas públicas de EA implicou em novas reflexões, as quais fomentaram diferentes comportamentos sociais para com o ambiente. Esses questionamentos se beneficiaram das políticas e estas por sua vez têm construído novos paradigmas sociais. Em resumo, “as políticas públicas em educação ambiental [...] são um processo dialético e partilhado do Estado e da sociedade civil” (SORRENTINO *et al*, 2005, p. 297).

Nessa conjuntura a explanação e a análise crítica que seguem acerca do Projeto Salas Verdes (PSVs) como Política Pública são fruto de pesquisa eletrônica no site oficial do Ministério de Meio Ambiente (MMA), de leitura sistemática de

diversos documentos relacionados à temática e de análise dos Manuais de Orientação para a elaboração de Projeto Político Pedagógico (PPP) para Centros de Educação Ambiental (CEAs) e Salas Verdes (SVs) brasileiras, bem como do Relatório descritivo e analítico contendo o estado das SVs e Coletivos Educadores (CE) do Brasil. Cabe salientar que os manuais de orientação foram disponibilizados pela SV de Alvorada, sem a qual o quebra-cabeça complexo da caracterização das SVs não teria sido completado.

Apesar dos empréstimos de material oferecidos pela SV do município, identificou-se uma escassez de estudos que ofertassem características e análises a respeito tanto dos espaços das SVs, quanto dos CEAs, observando-se a centralização de oferta de materiais no autor Fábio Deboni da Silva, organizador das publicações da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) do MMA, em meados de 2004 e 2005. Conforme relato do autor, no que tange às SVs e CE existe uma “carência de informações e avaliações sistematizadas acerca da evolução destas iniciativas” (SILVA, 2010, p. 6). Quanto aos CEAs, destaca que “estudar a temática dos centros de educação ambiental no Brasil consiste em tarefa ingrata e provocante” (SILVA, 2004, p. 4). Tendo como ponto de partida as estratégias dos CEAs espanhóis, o autor sistematizou e construiu o conceito de CEA no Brasil, tendo observado elementos essenciais a estes ambientes, os quais serão abordados na sequência desse capítulo.

Outra pesquisa relevante no que se refere às Salas Verdes foi elaborada por Verdade (2010), onde é possível conhecer as diversas ações desenvolvidas pelas Salas Verdes da Região Sul do Brasil, com destaque às atividades oferecidas pela SV de Alvorada às escolas da rede municipal, inserindo uma proposta de Plano de Gestão para esses espaços. Segundo Verdade (2010),

As Salas Verdes, embora de natureza recente no Brasil, apresentam um fabuloso potencial de realização de atividades no campo da EA, partindo de um eixo comum que é a democratização de informações, materiais e publicações ambientais para públicos diversos e com distintas demandas e necessidades (VERDADE, 2010, p. 27).

Na busca de autores que elucidassem a temática das Salas Verdes, identificou-se também a participação sistemática do Diretor do Setor de Educação

Ambiental do MMA da época, Marcos Sorrentino, cuja equipe elaborou uma série de manuais norteadores das atividades dos CEAs e das Salas Verdes no país. Feito esse diagnóstico prévio, entende-se que, apesar da notável contribuição de Verdade (2010) e Silva (2004, 2005, 2010), a falta de diversificação de autores que tiveram como objeto de pesquisa as SVs e os CEAs sinaliza a necessidade de novos estudos e de mais pesquisadores dedicados à análise desses espaços, a fim de descentralizar opiniões e buscar novos olhares.

Sendo assim, penso que estudar a trajetória que culminou na elaboração da política pública das SVs implica em observar a presença dos CEAs, do Centro de Informação e Documentação Ambiental (CID) e de um terceiro elemento, não menos importante, denominado Biblioteca Verde.

Os CEAs tiveram sua fase de oficialização em meados de 1992, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), em consequência do I Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental, sendo oficialmente implantados em seis cidades de diferentes estados¹³ como projeto piloto (SILVA, 2010). Em relação aos CEAs, observou-se também que,

[...] haviam sido sugeridos oficialmente desde 1991, nos encontros nacionais e regionais de EA promovidos pelo MEC [...] Após o Encontro de dezembro¹⁴, o governo federal formalizou os "CEAs", definindo-os como polos irradiadores que ajudariam a desencadear iniciativas de Educação Ambiental nos níveis **formal e não formal do ensino** [...] (BRASIL, 1998, p.57, grifo meu).

Com intuito de elucidar as dificuldades de delineamento histórico da criação dos CEAs, Silva (2010) organizou sua análise em quatro fases: fundacional, oficial, de efetivação e atual¹⁵. Após um estudo que teve como base as características que compunham os CEAs espanhóis, o autor concluiu que os CEAs brasileiros foram erroneamente concebidos com uma essência voltada à educação formal, excluindo-se às comunidades não escolares e tendo como base um conceito de educação tradicional (SILVA, 2010, p. 37).

¹³Porto Seguro (BA), Manaus (AM), Rio Grande (RS), Aquidauana (MS), Foz do Iguaçu (PR), e Fernando de Noronha (PE).

¹⁴Dezembro de 1992, mesmo ano da Rio-92.

¹⁵O histórico detalhado não será desenvolvido nessa pesquisa, no entanto reconheço a importância do resgate para outras abordagens acerca dos CEAs.

Em geral os CEAs são definidos como locais destinados ao cumprimento de diversas funções intrínsecas à educação ambiental, visto que ofertam informações que promovem reflexões críticas sobre os problemas ambientais (BRASIL, 2004) e podem estar presentes em órgãos públicos, instituições privadas, organizações do terceiro setor, centros de pesquisa em universidades e instituições mistas de mais de um segmento, entre outros.

Atualmente, para a implantação de qualquer iniciativa que se proponha a ser considerada como um CEA¹⁶ é desejável que possua quatro dimensões essenciais, sendo elas: “espaços, equipamentos e entorno”, relacionados com a estrutura física mínima, com localização alinhada às necessidades sociais com potencial pedagógico; “projeto político pedagógico”, documento em processo permanente de construção; “equipe diretiva”, que são os sujeitos do processo; e “plano de sustentabilidade”, relacionado com a ação, com auto avaliação e a com práxis (BRASIL, 2004, p.10). Em geral, essas iniciativas são destinadas à disponibilização de informações, à promoção de eventos, à implantação de projetos ambientais e espaços de lazer e à produção de conhecimento (BRASIL, 2004).

Feito o esclarecimento sobre os CEAs, faz-se necessária uma elucidação sobre a função do Centro de Informação e Documentação Ambiental (CID Ambiental)¹⁷. Vinculado à Secretaria Executiva (SECEX), o CID é a unidade responsável pela memória institucional do Ministério do Meio Ambiente, abrigando e desenvolvendo acervo especializado em conteúdos ambientais. Em meados do ano 2000 os municípios ampliaram significativamente a demanda de material solicitado ao CID Ambiental. Este processo de requisição externa é entendido nesta pesquisa como marco fundamental do PSVs, por avançar na disseminação de informações e materiais produzidos e disponibilizados pelo MMA.

Ao se aprofundar no real sentido da distribuição desses materiais, entretanto, a equipe do CID identificou algumas dificuldades de importante relevância: quais eram as garantias de que os materiais e informações disponibilizados estavam

¹⁶Para um aprofundamento sobre a classificação dos CEAs no Brasil, sugere-se a leitura de SILVA, Fábio Deboni da. Histórico, classificação e análise de centros de educação ambiental no Brasil. São Paulo, Piracicaba: 2004. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

¹⁷Informações sobre o CID são disponibilizadas no site do Ministério do Meio Ambiente:< <http://www.mma.gov.br/o-ministerio/centro-de-informacao>>. Acesso em: 05/11/2016.

sendo efetivamente distribuídos à população dos municípios e regiões? Como o CID receberia o retorno do uso dessas informações, posteriores à retirada pelos técnicos e gestores dos municípios? E quais as estratégias de monitoramento e avaliação da utilização destes materiais nos municípios envolvidos?

Outra questão levantada se refere à disponibilização dos materiais, os quais estavam restritos às pessoas e instituições que acessavam direta e presencialmente o CID Ambiental em Brasília. Esse fato dificultava – quando não impossibilitava - o acesso aos materiais a alguns dos municípios e organizações, especialmente aqueles com menores orçamentos. Nessa conjuntura, a relação que se estabelecia se restringia ao CID do Ministério do Meio Ambiente, e aos sujeitos que retiravam os materiais do acervo, gerando um distanciamento com os demais grupos, comunidades e municípios.

Sobre o termo biblioteca verde, ressalta-se que em um primeiro momento o MMA tinha como foco organizar os materiais expedidos pelo CID, unidade anteriormente descrita. No entanto, com o desdobramento da ideia inicial, o potencial das bibliotecas - entendidas de certa maneira como CEAs - foi reconhecido para outras atividades. Surgiu assim a intenção de criação das SVs, proposta que potencializaria a atuação das bibliotecas verdes tornando-as centros ambientais mais completos, destinados também à formação de sujeitos na área de educação ambiental.

Sendo assim, após um período de acompanhamento das demandas de materiais do CID, bem como da trajetória da distribuição destes nas bibliotecas verdes, o MMA, no ano 2000, passou a incentivar a implantação das SVs: espaços que, além de disponibilizar acesso à bibliografia, seriam capazes de desenvolver atividades de educação ambiental por intermédio de palestras, cursos, oficinas e eventos em geral, com direcionamento às demandas ambientais.

Logo, o Projeto denominado Salas Verdes, coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), caracteriza-se como uma política pública de Estado que tem como objetivo principal democratizar o acesso às informações relacionadas com o meio ambiente¹⁸. Conforme o

¹⁸ Objetivo em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9795/1999.

posicionamento do MMA no site oficial do projeto¹⁹, por intermédio dessa política, o DEA/MMA incentiva a implantação de espaços socioambientais, visando potencializá-los como centros de formação e reflexão de cidadãos mais comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Aqui cabe um esclarecimento sobre o termo desenvolvimento sustentável utilizado nos documentos do MMA. Entendo o termo como “tratamento dado à natureza como um recurso ou matéria-prima destinado aos objetivos de mercado cujo acesso é priorizado a parcelas da sociedade que detém o controle do capital” (SORRENTINO *et al*, 2005, p. 289).

Seguindo na construção do PSVs, primeiramente o MMA selecionou e apoiou 45 SVs que chegaram por demanda espontânea, conforme consta no Edital de Chamada Pública de 2013 para o PSVs (BRASIL, 2013). Essa informação é um tanto confusa, pois nem nos editais, nem nos documentos disponíveis ficou claro se as SVs foram literalmente espaços construídos (edificações novas) ou se o MMA incorporou os espaços dos CEAs no projeto SVs, caracterizando os ambientes que tinham o perfil de biblioteca verde como espaços de SVs. Entendo que quando o MMA diz que incorporou naturalmente 45 SVs já estabelecidas em diferentes pontos do país, refere-se à incorporação de CEAs que passaram a ser chamados de SVs por ingressarem formalmente no projeto.

Durante sua trajetória o PSV avançou consideravelmente na implantação de mais salas. No primeiro semestre de 2004, a proposta foi reformulada, recebendo alterações nos setores de coordenação, linhas de ação e estratégias, em virtude do novo ordenamento político do grupo técnico e de modificações orçamentárias. Nesse mesmo ano o processo de concepção das salas se democratizou com a inserção de *editais de seleção*, sendo definida uma série de questões como o perfil desejado para os espaços e os critérios de seleção dos projetos.

Com os editais, além de democratizar o processo seletivo o MMA passou a ressaltar aos projetos já atuantes no país, porém ainda não regulamentados, as vantagens de obter apoio institucional do Estado. Uma das vantagens de maior destaque era que as ações classificadas no processo seletivo obteriam o direito de serem consideradas vinculadas ao Programa Salas Verdes e estariam em

¹⁹Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educomunicacao/salas-verdes>> Acesso em 05/11/2016.

conformidade com os preceitos fundamentais das Políticas e Programas Nacionais de Educação Ambiental. Ou seja, engajar-se no projeto conferiria credibilidade e fortaleceria as ações das instituições, uma vez que estas atuavam sobre a chancela do Governo Federal.

Além disso, às ações selecionadas seria garantido o recebimento de kits de materiais informativos e publicações, o recebimento de certificação oficial legitimando o espaço como uma Sala Verde, o recebimento de banners promocionais e a divulgação do espaço como um local de referência em meio ambiente.

Seguindo as orientações do processo seletivo de 2003, porém, refinando o PSVs e os CEAs, em 2004 o MMA criou um manual para orientar a criação de CEAs e em 2005 um manual para a elaboração de PPP aplicado a centros de educação ambiental e a SVs. Esses manuais traziam novas orientações às instituições, visto que o MMA intencionava organizar da melhor maneira possível o perfil dos espaços alinhando-os aos preceitos das políticas educacionais e ambientais.

O manual de 2004 para CEAs manteve fundamentalmente a mesma estrutura, adequando-se às necessidades de integração com outros projetos e ações do Ministério do Meio Ambiente; já o manual de 2005 passou a buscar a paridade da representação do projeto nas regiões, priorizando o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, visando disseminar as ações de EA em todo o Brasil.

Além disso, em 2005 uma nova e importante questão foi acrescentada para o envio das propostas: a construção de um Projeto Político Pedagógico – PPP, aplicado aos CEAs e SVs do país. Assim, o objetivo principal do manual desse ano era fornecer orientações para que esses espaços de educação ambiental proporcionassem atividades com objetivos em conformidade com os preceitos das Políticas de Educação Ambiental, alinhando-se dessa forma com as intenções do Departamento de Educação Ambiental e, conseqüentemente, com a linha de pensamento do MMA.

Ressalto a inserção do manual de orientações de PPP como um marco de extrema relevância no processo de constituição das SVs, em especial, pois, desde os primórdios do programa, foi a primeira vez que se propôs um objeto unificador das ações dos núcleos nos diferentes estados federados. No manual de 2005 havia

esclarecimentos acerca do conceito de PPP utilizado pelo MMA, sobre as dimensões essenciais esperadas, quais eram as finalidades e aplicações de um PPP, como elaborar um PPP e quais os eixos estruturantes sugeriu-se para o texto base (BRASIL, 2005).

A fim de disponibilizar um novo processo seletivo descentralizado, no ano de 2006, foram instituídas dezessete câmaras técnicas temporárias, que tinham como missão analisar previamente as propostas dos municípios, auxiliando na adequação dos projetos.

De acordo com o manual de processo seletivo 2013, desde o início do programa,

[...] foram lançados três processos seletivos e firmadas parcerias com instituições, resultando na implementação de 411 Salas Verdes, com representação em todas as Unidades da Federação. Das 411 Salas Verdes implantadas, 292 continuam em atividade (BRASIL, 2013, p. 4).

Segundo informações disponíveis no site do MMA, contudo, atualmente são 359 Salas Verdes em atividade²⁰. Em seus preceitos básicos, as Salas Verdes são espaços que devem potencializar iniciativas já existentes, servindo como articuladoras e integradoras de parcerias locais e regionais, exercendo suas atividades de maneira autônoma, podendo optar em receber apoio institucional.

Estes recintos socioambientais devem atuar como centros de referência em formação ambiental, capazes de disponibilizar democraticamente as informações da área ambiental, promovendo a ampliação da divulgação dos materiais distribuídos pelo CID, constituindo-se como espaços de informação, pensamento e construção do ideário ambiental.

Uma SV deverá se dedicar a projetos, programas educacionais e ações voltadas a questões ambientais, cumprindo um papel vivo e articulador de iniciativas em diferentes segmentos vinculados à temática ambiental. As SVs estão instaladas em Universidades, Institutos Federais, Secretarias de Educação, Secretarias de Meio Ambiente, Prefeituras Municipais, Unidades de Conservação (UCs) e

²⁰A lista das 359 Salas Verdes cadastradas encontra-se disponível no site do MMA, no endereço <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80219/2016_01_12_Planilha%20Salas%20Verdes.pdf>. Acesso em 10/05/2016.

organizações não governamentais (ONGs), sendo de maior concentração na região sudeste, com cerca de 129 salas e de menor concentração na região Norte, com 25 espaços.

De modo geral os editais de seleção destacam que cada SV é única e que não existe um padrão estabelecido, apesar das orientações para elaboração de PPP sugerirem que existe um arquétipo desejado para esses locais. O que fica perceptível nas diretrizes é que existe um interesse para que as SVs adquiram características particulares da região na qual estão inseridas e, ao mesmo tempo, possuam quatro eixos fundamentais de organização do trabalho: o PPP, a equipe, os equipamentos e recursos, e o espaço físico.

No tocante ao projeto pedagógico, as orientações básicas apontam para a importância dos objetivos e metas das equipes executoras das atividades e para a relevância das bases políticas e conceituais as quais justificarão as ações de educação ambiental. Sobre esse elemento, conforme citado anteriormente, existem diretrizes sugestivas de formatação básica desde 2005. Nesse contexto, destaco a visão de PPP apresentada pelo manual, na qual o Ministério do Meio Ambiente estabelece que,

O PPP não é apenas um produto, uma cartilha normatizadora, mas um processo de gestão contínua, orientado pelos princípios e objetivos educacionais de um grupo. O documento traz uma visão de educação pautada em uma visão de sociedade e que, a partir de seus sujeitos e realidade, traçam uma proposta de ação pedagógica e social. É, portanto um documento identitário, no qual os sujeitos se vêem e atuam sobre as suas demandas e planos, que serão periodicamente revistos e sistematicamente reconstruídos (BRASIL, 2005, p.12).

No que tange à equipe de trabalho, as orientações do programa sugerem duas pessoas, sendo uma responsável pela coordenação e avaliação da implementação do PPP e outra pela organização do acervo bibliográfico, não havendo indicação de qualificação na área de educação ambiental ou em qualquer outra área (BRASIL, 2013, p. 5). Sobre o espaço físico e os equipamentos necessários à execução das atividades, indicam como mínimo a existência de mesas, cadeiras e estantes, não desmerecendo os espaços não formais de educação como ônibus, barcos, entre outros (BRASIL, 2013, p. 6). Além disso, não

há alusão ao uso de mídias como computadores, projetores e assim por diante, por entenderem que a aquisição desse tipo de material requer maior solidez do projeto e parcerias construídas ao longo do trabalho.

As orientações supracitadas, que trazem aspectos gerais almejados às SVs, procuram ser objetivas e simples nas exigências, no entanto, requerem um envolvimento ativo na práxis da educação ambiental. Dito de outro modo, apesar de apresentarem apenas quatro eixos fundamentais, as orientações e discursos atrelados aos documentos demonstram uma preocupação constante com a melhoria na qualidade das ações. Penso que o enfoque do projeto direciona mais para a popularização de ações e atividades de educação ambiental.

Nesse sentido, entendo que há uma preocupação do MMA com a forma com que as atividades serão elaboradas, o acompanhamento dos resultados e a auto avaliação das equipes, visto que solicita relatórios anuais das atividades, onde as equipes devem prestar uma explicação minuciosa do que foi efetuado, juntamente com o período de execução, amostras fotográficas das operações e número de participantes.

Efetuada o esclarecimento sobre o processo de fundação do Projeto Salas Verdes, no capítulo que segue elucidarei o contexto onde a pesquisa foi desenvolvida.

CONTEXTO: O ESPAÇO DA PESQUISA

O contexto social e ambiental onde as ações dessa pesquisa ocorrem e o reconhecimento do histórico de cada sujeito entrevistado são de suma importância para o entendimento desse estudo. Penso que, por vezes, pecamos em não situar o leitor no contexto onde o diálogo de saberes se desenvolve. Dessa forma, predisponho-me a efetuar um pequeno resgate histórico da cidade de Alvorada, certa vez batizada como a “capital da solidariedade”, trazendo seus aspectos sociais, econômicos e ambientais. Posteriormente, efetuarei a apresentação do Centro de Educação Ambiental Sala Verde Ligia Rockenbach (Figura 1).

Figura 1 – Sala Verde Ligia Rockenbach, Alvorada, RS.



Fonte – arquivo da Sala Verde.

Alvorada está geograficamente localizada na região metropolitana de Porto Alegre, tendo como limites administrativos os municípios de Viamão, Gravataí, Cachoeirinha e Porto Alegre, e como área de unidade territorial 71,311 Km². Segundo os dados do IBGE de 2007 a população de Alvorada ultrapassou 200 mil habitantes, chegando a 207.142 pessoas, o que corresponde a uma densidade demográfica de 2.925,3 habitantes por km², configurando-se assim como uma cidade de porte médio, em termos populacionais. Apesar de apresentar o 31º PIB do Estado em 2006 (R\$ 854.695 milhões), apresenta o pior PIB per capita do RS (R\$ 3.976).

Historicamente, a área que constitui o Município de Alvorada pertencia ao 3º Distrito de Viamão, com a denominação de Passo do Feijó. O início da povoação de Alvorada pode ser relacionado com a concessão das primeiras sesmarias do sul, em meados de 1775, quando as principais atividades econômicas ainda eram a produção de hortifrutigranjeiros e leite, produtos esses que eram comercializados em Porto Alegre, nos bairros Passo da Mangueira e Triângulo.

Com a emancipação da cidade, em 17 de setembro de 1965, ocorreu um movimento popular de moradores, os quais, por intermédio da Lei Estadual nº 5.026, optaram por denominá-lo como 3º Distrito de Alvorada. O nome Alvorada foi sugerido por um dos membros da comissão de emancipação, o qual considerou dois fatores: o termo alvorada propriamente dito, que se refere ao crepúsculo matutino, o nascer do Sol para o povo que desperta às primeiras horas da manhã e dirige-se ao trabalho; e o Palácio da Alvorada, inaugurado em 1960 na nova capital do País, Brasília. Segundo Barroso (2006, p.37),

Emancipada em 1965, pela lei nº 5.026, Alvorada vem nos últimos 50 anos, aproximadamente, recebendo povoadores de todos os municípios do Rio Grande do Sul e, também, de Santa Catarina.

No que tange aos aspectos geográficos e ambientais, o município de Alvorada, assim como os municípios de Porto Alegre, Canoas, Viamão, Cachoeirinha, Gravataí, Glorinha, Taquara e Santo Antônio da Patrulha, integra a bacia hidrográfica do Rio Gravataí, a qual possui como dois dos seus principais afluentes, de margem esquerda, o Arroio Feijó e o Arroio Águas Belas, corpos hídricos que permeiam o município. A caracterização da paisagem da Alvorada se resume basicamente em coxilhas do norte-nordeste e coxilhas do sudoeste, com topografia levemente ondulada, solo predominantemente argiloso, e clima subtropical com precipitação regular ao longo do ano, conforme o Plano Ambiental Municipal elaborado em 2007 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Além do Arroio Feijó outros corpos d'água de menor porte atravessam o município, como o Arroio Passo da Figueira, o Arroio Águas Mortas e o Arroio São João, todos integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. Esses arroios, devidamente integrados ao espaço urbano, ficam à margem das ocupações

irregulares e da deposição de resíduos sólidos urbanos. De acordo com Barroso (2006, p. 100),

Percorrendo o curso do Arroio, podemos notar uma grande concentração residencial tendo como maioria uma população de baixa e média renda [...]. A região abrange áreas de conflito no que tange a ocupação inadequada, deficiência de serviços de saneamento básico, áreas verdes e de lazer e equipamento ambiental. Tais problemas se fazem sentir, por outro lado, nos cursos d'água da bacia que desemboca no Rio Gravataí, de onde é captada parte da água consumida pelas populações de Porto Alegre e de Alvorada. [...] Estima-se que cerca de 45 vilas, sendo a maioria de ocupação irregular, encontram-se ao longo das margens do Arroio.

Segundo Verdade (2010), Alvorada ainda possui 14,5% de cobertura vegetal original e 85,2% da área do município está sendo utilizada em atividades de uso antrópico em geral, com presença de um cinturão verde de aproximadamente 54 hectares localizado entre os bairros Porto Alegre e Jardim Algarve.

Na região do bairro Intersul o município abriga um corpo hídrico denominado como Lagoa do Cocão. Segundo Barroso (2006, p.107),

[...] a origem do nome Lagoa do Cocão deu-se provavelmente, devido à Vila Intersul ser conhecida como Cocão, inclusive a Av. Frederico Dihl que atravessada toda aquela área, denominada Estrada do Cocão e também, porque naquele tempo, toda aquela área era campo (pequenas chácaras), culminando uma grande quantidade de uma espécie de árvore nativa, chamada Cocão.

A Lagoa do Cocão apresenta uma lâmina d'água com aproximadamente 0,5 hectare de superfície e uma profundidade que varia desde poucos centímetros junto às margens, até alguns metros nas partes mais profundas (BARROSO, 2006). O espaço em torno da lagoa serve como praça pública, possuindo área de recreação com brinquedos infantis e assentos para lazer. Infelizmente, apesar das diversas tentativas em proteger a lagoa de vandalismos, com mutirões de limpeza, eventos de conscientização e atividades de educação ambiental, a qualidade ambiental da água e do espaço como um todo permanece comprometida.

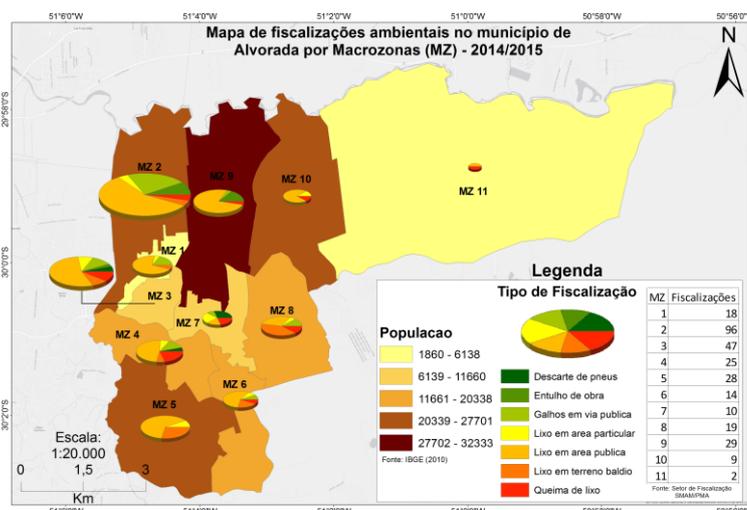
Outra questão importante sobre a lagoa é a incidência da planta aquática *Eichhornia crassipes*, conhecida popularmente por aguapé ou jacinto-de-água, a

qual, em excesso, compromete a qualidade da água, culminando em um processo de eutrofização que ocasiona a morte dos alevinos do local. Ainda sobre os corpos hídricos do município, nas imediações do bairro Santa Bárbara, cabe registrar a existência da extinta Lagoa Negra degradada pelo excesso de eutrofização e assoreamento ocasionado por ocupações irregulares e criações de suínos.

Os espaços de lazer da cidade estão distribuídos em alguns bairros por pequenas praças públicas, as quais em sua maioria possuem área de recreação infantil e bancos. Destaca-se a recente renovação dos brinquedos e instalações de assentos nos bairros Porto Verde, Jardim Algarve e região Central da cidade. Esse processo de revitalização é de grande valia para a apropriação do espaço urbano, visto que oferta lugares de socialização para a comunidade, o que por sua vez favorece na construção de novas relações com o local onde se vive.

A comunidade alvoradense, em sua maioria, reside no município e trabalha nas cidades limítrofes, principalmente em Porto Alegre, conferindo à Alvorada a característica de cidade dormitório. Conseqüentemente, esse fenômeno urbano de migração pendular fez com que o vínculo entre a população e o município fosse prejudicado, muito em razão da construção de uma relação de desafeto com o local de moradia, direcionando a renda e o compromisso dos cidadãos para as cidades onde há um vínculo de trabalho. Assim sendo, se tornaram cada vez mais corriqueiros comportamentos de indiferença com as praças e os locais públicos da cidade, negligência com a manutenção do passeio em frente às residências e descarte irregular de resíduos de diversas formas (Figura 2).

Figura 2 – Macrozonas de Alvorada e descarte irregular de resíduos.



Fonte – elaboração de Pedro Verran²¹.

No que se refere ao comportamento econômico local e à organização socioambiental, destaca-se que o comércio é centralizado principalmente na região de entorno da prefeitura municipal e da Avenida Presidente Getúlio Vargas, sendo reproduzido em menor escala em todas as demais macrozonas da cidade.

Outra questão relevante é a dificuldade de implantação do saneamento básico e a distribuição de serviços demasiadamente desigual entre os bairros, havendo muitas residências com sistemas de esgoto inadequados, ausência de documentação de propriedade e dificuldades no recebimento de serviços de luz e água. Esse fato está vinculado às diferentes formas de ocupação do espaço urbano, visto que, assim como há locais onde o assentamento foi devidamente planejado, como, por exemplo, o bairro Porto Verde e a região central da cidade, há outros em que a comunidade se estruturou por intermédio de ocupações irregulares, como parte dos bairros Umbú, Torotama, Reprise e 11 de Abril, dinâmica esta que dificultou uma adequada distribuição dos serviços básicos.

Destarte, o desenvolvimento socioambiental do município de Alvorada pode ser classificado em um perfil não linear, oferecendo muitos desafios ao poder público, visto que os bairros cresceram e continuam a crescer de maneira acelerada,

²¹Mapa elaborado em parceria com o colega de trabalho Pedro Verran, por ocasião de uma pesquisa sobre o descarte irregular de resíduos na cidade de Alvorada. O material foi apresentado em uma mostra científica, tendo como título “Mapa dos resíduos: os resultados da cultura do consumo no município de Alvorada/RS”.

dificultando a oferta adequada de serviços urbanos básicos. Em resumo, boa parte da área urbana de Alvorada se desenvolveu de forma desordenada, sendo composta por uma população de baixa renda, com moradias precárias situadas à margem de arroios e em áreas verdes.

É neste cenário que a presente pesquisa se situa: território de simplicidade onde cresci e resido há cerca de vinte e dois anos. Penso que a presença de espaços destinados a fomentar as práticas de EA favorece a construção de novas relações socioambientais. Dessa maneira, vejo na fundação de um Centro de Educação Ambiental, como a Sala Verde Ligia Rockenbach, uma possibilidade de abertura para diálogo de saberes, onde diferentes sujeitos da comunidade podem se apropriar de informações e desenvolver uma cidadania consciente, construindo novas relações com o espaço onde vivem.

No capítulo que segue, tomando como ponto de partida as falas dos entrevistados efetuei: 1) a reconstrução do histórico de fundação da Sala Verde de Alvorada; 2) a apresentação do conceito de educação ambiental de cada sujeito entrevistado efetuando comentários à luz do referencial teórico; 3) a descrição das atividades efetuadas no passado e no presente da Sala Verde conforme o relato dos entrevistados, entrecruzando os relatos com as experiências vividas durante os oito meses de acompanhamento das ações no ano de 2016, buscando algumas conclusões significativas que possam vir a somar no trabalho ofertado no Centro de Educação Ambiental Sala Verde Ligia Rockenbach.

VALORIZANDO O PASSADO E O PRESENTE PARA ALMEJAR UM FUTURO PROMOTOR DE REFLEXÕES QUE FAVOREÇAM O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.

De volta ao passado: resgatando a história da sala verde de Alvorada.

O espaço da Sala Verde da cidade de Alvorada está localizado na região central do município, possuindo um pátio com potencial para ações de EA, sala de vídeo e palestras com capacidade para cerca de 50 pessoas sentadas, telecentro de acesso livre à comunidade, sala da coordenação, um banheiro, equipamentos de multimídia e climatização com ar condicionado.

A Sala Verde, batizada como *Centro de Educação Ambiental Sala Verde Ligia Rockenbach*, nasceu oficialmente no dia 28 de Julho de 2005, sendo anteriormente um Núcleo de Educação Ambiental de uma secretaria da Prefeitura. Conforme o relato de um dos fundadores entrevistados, a Sra. Ligia Rockenbach é,

(...) a maior ambientalista do nosso município, foi e continua sendo uma das maiores guerreiras da educação ambiental do nosso município. Está com 85 anos (...) e escolhemos esse nome para homenageá-la. Interessante que foi em vida que ela recebeu a homenagem e na época foi criado um decreto para que isso pudesse acontecer.

Infelizmente, o tempo disponível para a realização da pesquisa e as divergências de horário não permitiram que eu pudesse conhecer pessoalmente a Sra. Ligia.

Uma das maiores dificuldades identificadas durante as entrevistas com as atuais servidoras da Sala Verde foi obter informações sobre a criação do Centro de Educação Ambiental Sala Verde Ligia Rockenbach. Apenas uma das entrevistadas da atual gestão conhecia parte do histórico, porém não fez menção à data de fundação e aos acontecimentos iniciais que motivaram a aquisição do espaço no município. Quando questionada sobre essa questão a entrevistada C disse:

*[...] sei que foi uma **adesão ao programa do Governo Federal**, não tem como negar um alinhamento que é político no mesmo período em que a gente tinha na gestão municipal um governo com uma proposta que valoriza, que enxerga todas as áreas, **a gente tinha no Governo Federal uma proposta política que era a mesma**, então o Governo Federal lançou nos seus dois primeiros anos de atuação ele lançou já a proposta das salas verdes e aqui em Alvorada aderiu né [...] **eu não sei dizer se foi edital ou como é que foi** [...] nós*

somos uns dos primeiros porque a gente foi da primeira chamada pública pras salas verdes, quando lançou o projeto a gente em seguida já entrou também [...]. (Entrevistada C)

Nesse relato é possível perceber o quanto o alinhamento político está relacionado com a adesão ou não a determinados projetos disponibilizados à comunidade, sendo nesse caso um projeto atrelado à promoção e divulgação das práticas de educação ambiental.

A entrevistada D, apesar de conhecer um dos fundadores, desconhecia a data de fundação da SV e acreditava que a mesma havia sido inaugurada em meados de 1992. O que chama a atenção a esse respeito é a possibilidade da entrevistada desconhecer também o conteúdo dos documentos que norteiam o Projeto Sala Verde, os quais foram apresentados como manuais e editais do Ministério do Meio Ambiente, no capítulo *Projeto Salas Verdes, uma política de educação ambiental*.

[...] o ano de fundação dela se não me engano foi em 1992, 1993, não tenho certeza, o Sala Verde já passou por várias administrações né, mas ela faz um trabalho bem interessante dentro do município, inclusive um dos professores meus de Mestrado ele já foi Diretor da Sala Verde, admiro muito o trabalho dele, assim como eu também vejo uma dedicação grande com a atual diretora [...]. (Entrevistada D)

Seguindo a mesma linha, a entrevistada E relata que, apesar de ser professora do município há alguns anos, antes de trabalhar na SV não conhecia o espaço:

[...] eu sei que ela [a Sala Verde de Alvorada] é uma das mais antigas, mas eu trabalho todos esses anos aqui e não conhecia a Sala Verde [...]. (Entrevistada E)

Esse desconhecimento da existência da SV pode estar relacionado a um período de dormência do projeto que foi relatado por um dos fundadores. Segundo o entrevistado A, o primeiro grupo de trabalho da SV foi desvinculado do projeto após a troca do governo municipal e a nova equipe que assumiu o local não obteve o devido apoio da gestão municipal:

[...] quando se perdeu a eleição foram trocadas todas as pessoas [...] pelo o que nós escutávamos ela [pessoa que assumiu a Sala Verde] recebeu a estrutura totalmente modificada, e não tinha apoio nenhum, e eu acredito de verdade que a Sala Verde só

tenha continuado a existir porque nós incomodamos muito em termos de jornal, de questionamento “e a educação ambiental do município?”, “e o Centro Sala Verde Ligia Rockenbach?” [...] a luta da educação ambiental, o movimento ambiental, a gente sabe que é assim [...] a gente sabe que hoje em dia a questão ambiental ainda não é uma prioridade, é uma coisa difícil de se trabalhar [...] talvez o dia que a bolinha do meio ambiente apareça nas discussões políticas a gente consiga ter um avanço, mas na época pedir dinheiro para fazer projeto para trabalhos de educação ambiental era algo muito complicado [...]. (Entrevistado A)

Percebo, como pano de fundo desse relato, mais uma vez, a influência dos arranjos político-partidários no trabalho disponibilizado à comunidade. Considerando que a SV é um projeto político e se esse projeto está vinculado a um determinado ideal de sociedade, se a temática da educação ambiental não é uma prioridade para o novo governo municipal, há uma intenção clara de desvalorização desse espaço de diálogo de saberes.

Ao entrevistar os fundadores da SV penso que consegui um precioso material que resgata a memória local, visto que não há mais registros documentais que expliquem a fundação do CEA. Conforme o entrevistado A, além do sumiço de documentos, alguns equipamentos e objetos também foram perdidos na transição entre as gestões:

*[...] **relatórios que nós fazíamos anuais** com todas as atividades que nós resolvemos deixar na Sala Verde para poder ser utilizado, **tudo isso sumiu e a gente sabe que isso é uma prática, que independente do partido isso acontece**, das pessoas jogarem fora tudo aquilo que elas acham que é do outro partido, ao invés de ter um olhar muito maior e mais digno de manter aquilo que tu acha que é importante, que foi importante. E o fato está aí, hoje não se sabe o histórico da Sala Verde, se não estamos eu e a colega aqui fazendo esse resgate, esse histórico se vai abaixo [...]. (Entrevistado A)*

Nesse fragmento, o que chama a atenção é que ao mesmo tempo em que o entrevistado demonstra uma preocupação com a prática do sumiço de documentos, demonstra certo conformismo com esse fato. Em tempos de descrédito da política nacional, penso que um relato como esse simboliza o sentimento de impotência diante de ações opressoras, muitas vezes experimentados por cada um de nós no cotidiano.

De outra parte, pude perceber nos fundadores a satisfação ao saber que a história da SV renasceria em seus relatos e que a memória do lugar seria preservada nos escritos da pesquisa.

Seguindo no resgate, conforme o entrevistado A, a mobilização para a obtenção do título de Sala Verde iniciou da seguinte maneira:

*[...] em 2003 e 2004 trabalhei no **Núcleo de Educação Ambiental da Prefeitura de Alvorada** [...] a gente fazia basicamente o mesmo trabalho que a gente passou a fazer depois nas escolas, a gente fazia formações de professores, palestras e daí **surgiu em 2004 a possibilidade de nós participarmos de um edital do Ministério de Meio Ambiente para a criação de Centros de Educação Ambiental chamados de Salas Verdes**. Era um projeto do Brasil inteiro, onde esses Centros de Educação Ambiental **receberiam suporte não financeiro, mas receberiam suporte didático através de livros, vídeos e outros diversos materiais, CD's interativos, para se trabalhar a educação ambiental dentro das escolas**. Nós, então, entramos dentro desse edital, trabalhamos muito tempo em cima do projeto para que Alvorada conquistasse [...] esse Centro de Educação Ambiental e, para nossa alegria, praticamente no final daquele governo [...] nós recebemos a alegre notícia de que nós tínhamos sido contemplados e essa então seria **a primeira Sala Verde do Rio Grande do Sul** [...]. (Entrevistado A)*

O relato do fundador corrobora as informações apresentadas no capítulo *Projeto Salas Verdes, uma política de educação ambiental*, onde resgatei o histórico do Projeto Sala Verde do MMA e as funções do MMA no projeto, pois destaca a questão do recebimento de material didático e que não havia nenhum encaminhamento de verba do Governo Federal. Apesar de terem conquistado a titulação, obtendo a chancela do MMA para ser uma SV, o fundador faz questão de destacar que houve uma tentativa de engavetamento do projeto.

*[...] a gente chegou para mostrar o projeto e dizer que nós havíamos sido contemplados e que queríamos muito que o projeto fosse inaugurado naquele ano porque, afinal de contas, o projeto era daquele governo e ele [secretário de educação da época] simplesmente nos perguntou assim “o que nós temos que fazer nesse projeto, quais são os nossos compromissos?”, e a gente falou não, compromissos a gente não tem, nós fomos contemplados e queríamos inaugurar, e ele disse “então deixa o projeto”, mas foi mais ou menos assim, do **tipo engaveta e deixa para os outros** que “se eles quiserem eles gastam”, e a gente a partir daquele dia saiu de lá muito chateados e começamos então a tentar perceber quem seria o novo secretário de educação do novo governo [...]. (Entrevistado A)*

Após descobrir quem seria a nova gestora da Secretaria de Educação e depois de algumas tratativas que ocorreram por intermédio de reuniões, os servidores conseguiram iniciar os trabalhos no Projeto Sala Verde, permanecendo no novo governo, mesmo após a troca de gestão. A figura do secretário de educação trazida no excerto acima aponta para a importância das instituições

públicas possuírem gestores comprometidos e engajados nos processos de mudança social. Talvez, se a segunda gestora houvesse optado também por engavetar a ideia, a comunidade alvoradense teria deixado de receber um espaço de Sala Verde para a promoção de atividades de educação ambiental. Outra questão relevante que surge no relato dos fundadores é o pioneirismo do CEA de Alvorada, sendo considerado o primeiro CEA Sala Verde do Estado. Segundo a entrevistada B:

[...] a gente foi premiado na Assembleia, como um projeto de destaque no Rio Grande do Sul, então foi uma situação bem legal porque deu visibilidade porque era a primeira Sala Verde e estava dando certo, e as outras pessoas começaram a se interessar, os municípios, e começavam a ligar lá para a secretaria para conversar com o pessoal para saber como é que funcionava [...]. (Entrevistada B)

Portanto, o pioneirismo rendeu reconhecimento e visibilidade ao grupo de trabalho, que contava na época da fundação com três servidores, e essa referência fez com que a SV Ligia Rockenbach fosse madrinha de outras SVs do Estado.

Cabe salientar, novamente, que o Projeto das Salas Verdes tem como objeto principal ser um espaço de acesso à bibliografia da área de educação ambiental e divulgação de materiais elaborados pelo Centro de Informação e Documentação Ambiental (CID) do MMA. Sendo assim, a primeira equipe da Sala Verde de Alvorada foi alocada em uma sala da biblioteca municipal, sendo posteriormente transferida para uma sala no novo prédio da SMED. Apesar de saberem que as necessidades do projeto original do MMA seriam tranquilamente atendidas apenas com o espaço de biblioteca, passaram a efetuar uma série de atividades de educação ambiental, recebendo a comunidade.

*[...] foi nesse setor da biblioteca que a Sala Verde nasceu e que ela de certa forma cresceu e teve visibilidade, porque dali em diante, dessas atividades, como a exemplo das exposições itinerantes, a gente trazia amigos, técnicos, pessoas conhecidas para fazer exposições. A nossa primeira exposição até foi muito engraçada porque foi uma exposição sobre animais ameaçados do Rio Grande do Sul e das espécies em extinção [...] **a Sala Verde tomou visibilidade** e graças a essas atividades nós fomos convidados para nos mudarmos para o novo prédio da Secretaria Municipal de Educação para nós ficarmos ocupando o espaço de uma peça que é do tamanho do auditório da secretaria, ou seja, **nós acabamos sendo convidados para tomar posse do maior espaço da secretaria [...]. (Entrevistado A)***

Essa transição de endereço é interessante para pensar o movimento de valorização do projeto, visto que a repercussão do trabalho possibilitou a transferência para um local considerado de maior visibilidade. Essa aproximação permitiu que a Sala Verde passasse a ofertar mais atividades às escolas do município, pois dentro da SMED foi possível ampliar o contato com os professores que ao visitar a SMED tomavam conhecimento do trabalho da Sala Verde.

Atualmente a equipe da Sala Verde ocupa um prédio público localizado no coração da cidade de Alvorada, cedido mediante uma tratativa com o SESI. Segundo a entrevistada C:

*[...] nesse projeto deles [SESI] a prefeitura cedia à área e eles faziam a construção, mas o prédio ficava pra prefeitura. Só que mobília, o que era material patrimoniado deles era deles, então eles vieram e recolheram todo o material que era deles e ficou só prédio. Então em 2014 ainda, a gente mexeu aqui na estrutura, botou as divisórias e fez esse mini auditório que comporta cinquenta pessoas, climatizou, colocou persianas que era uma coisa que não tinha, colocou toda a mobília nova e montou o telecentro e a partir daí então a gente ficou com a Sala Verde com duas funções, uma de sediar **esse telecentro que dá acesso à população como um todo a um projeto de inclusão social e de inclusão virtual também**, então a gente tem ali um espaço com internet que dá acesso para as pessoas virem fazer pesquisas na área ambiental, mas para, além disso, ele é um espaço com internet que fica aberto a toda a população da cidade, hoje nós temos mil quatrocentos e noventa pessoas cadastradas no nosso banco de usuários [...]. (Entrevistada C)*

Ainda sobre o processo de implantação da SV, o entrevistado A fez questão de destacar que a autonomia para a elaboração das atividades foi de grande importância para o sucesso do trabalho oferecido.

*[...] uma das coisas muito bacanas que aconteceu dentro do Centro de Educação Ambiental Sala Verde era o fato de que **nós realmente tínhamos autonomia** com relação a nossa secretária, ela sempre nos deu autonomia até para a formação da equipe. Então, isso, do meu **ponto de vista, foi fundamental para o sucesso do Centro**, essa autonomia, a gente não receber pessoas do tipo “olha fulano está vindo para cá porque não tem onde colocar ou porque não deu certo em outro lugar”. Existia uma autonomia, **existiam pessoas que vinham para agregar com o seu trabalho, com a sua formação** e isso foi muito bacana [...]. (Entrevistado A)*

Nesse fragmento da entrevista identifico com clareza uma crítica a tradicional imposição de cargos dentro do serviço público, conhecidos como cargos de confiança, onde os gestores escolhem os servidores que irão ocupar os espaços, tomando como critério, muitas vezes, aqueles que integraram equipes de campanha

política. No caso da equipe de Sala Verde não houve a imposição de servidores e isso permitiu que o coordenador escolhesse pessoas que considerava com potencial para contribuir com as atividades, tomando como critério a qualificação técnica e o interesse dos sujeitos nos assuntos inerentes à causa ambiental. Acredito que o destaque à palavra autonomia demonstra que o entrevistado A reconhece a importância de ter pessoas qualificadas no espaço público e que a escolha aleatória de sujeitos prejudica a qualidade do trabalho ofertado à comunidade.

Penso que, talvez, no caso da Sala Verde, a gestão da SMED não tenha se interessado com a escolha da equipe de trabalho por não reconhecer o potencial político e transformador da educação ambiental no espaço social, o que não é algo incomum nos Governos que durante décadas negligenciaram a importância do debate e do diálogo de saberes no espaço socioambiental. Na obra *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*, Enrique Leff efetua uma reflexão sobre a construção social contemporânea e define o *saber ambiental* como “um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientado para a rearticulação das relações sociedade-natureza” (LEFF, 2001, p. 145). Assim, o saber ambiental se constitui como um campo epistêmico problematizador da realidade social, integrando um sistema de conhecimentos vinculados à política, a economia, a sociologia e a filosofia. Talvez a falta de entendimento dessa trama tenha impedido a SMED de descortinar o olhar acerca do potencial da educação ambiental no espaço social.

Duas práticas que ocorriam nos primeiros anos da Sala Verde Ligia Rockenbach e que não aparecem no relato da atual gestão é a parceria com a universidade e o recebimento de estudantes da comunidade que haviam participado de formações com a equipe da SV para estagiar no local. Penso que esse contato favorecia todos os envolvidos, uma vez que o CEA recebia alunos de diversos níveis acadêmicos para estagiar ou utilizar o espaço como local de estudo e pesquisa, e esses mesmos profissionais adquiriam uma experiência de trabalho na área.

Assim, a aproximação com a universidade possibilitava a formação de novos educadores ambientais, visto que a experiência situava os sujeitos em uma realidade e ao mesmo tempo criava condições para a construção de sentidos,

tornando possível a leitura do ambiente e produzindo novas percepções da realidade (CARVALHO, 2012, p. 76).

Portanto, esse contato com a universidade é um caminho interessante para o diálogo de saberes, principalmente no que diz respeito à trama complexa que forma a educação ambiental brasileira, uma vez que ao vivenciar situações e conviver com esse espaço de trabalho os sujeitos têm a possibilidade de refletir acerca das diferentes culturas, territórios, disputas de classe, ou sobre o espaço urbano em geral. De acordo com a entrevistada B:

*[...] a gente fez um **convênio com o Laboratório de Pesquisa e Ensino de Ciências da ULBRA que dava um convênio para os alunos virem estagiar, recebiam bolsas e vinham trabalhar na Sala Verde [...]. Alguns eram professores da rede, alguns não, eles ficavam lá um tempo, mas era rotativo, porque era o tempo do estágio [...]. A Sala Verde começou então a ganhar força a partir desse momento, porque através desse convênio guarda-chuva **as pessoas que vinham eram estudantes na área, ou estavam fazendo pós-graduação e vieram realmente acrescentar** para a gente e ainda em seguida nós tivemos um acréscimo de **estagiários da Prefeitura que nós conseguimos puxar dos próprios Agentes Ambientais Infantojuvenis que a gente formava** e que apostava em determinados alunos, e eles começaram a vir trabalhar conosco. Então a gente tinha uma equipe fantástica para trabalhar [...]. (Entrevistada B)***

No que diz respeito à qualidade do espaço atual ocupado pela SV pude observar uma convergência de opiniões positivas, pois todos os entrevistados consideram o atual espaço de extrema qualidade e com potencial para a execução de atividades de educação ambiental.

O conceito de educação ambiental de cada sujeito entrevistado

O outro bloco de questões da entrevista semiestruturada tinha como objetivo verificar o conceito de educação ambiental dos sujeitos, a fim de compreender as motivações e paradigmas por trás das atividades ofertadas. Além de perguntar o que cada um entendia como educação ambiental procurei saber como cada indivíduo percebia o papel do ser humano nessa trama.

Minha intenção, aqui, não foi a de valorar as diferentes concepções de EA, mas, antes, reconhecer que existem “diferentes pressupostos que sustentam cada uma das orientações”. Para que efetivamente possamos ofertar práticas de EA para além de aprendizagens comportamentais, capazes de construir uma cultura cidadã

formadora de atitudes ecológicas, portanto, precisamos reconhecer que cada uma delas direciona a diferentes resultados, “sem esquecer que nunca controlamos completamente o processo de aprendizagem, pelo fato de ele envolver uma relação aberta com o outro” (CARVALHO, 2012, p. 184).

Feita essa observação, seguirei apresentando fragmentos das entrevistas e intercalando às falas algumas de minhas reflexões.

*[...] me apoio muito no trabalho do **Genebaldo Freire Dias** que é pra mim um dos maiores educadores ambientais que por acaso nós trouxemos quando nós estávamos na Sala Verde, nós o trouxemos aqui no município e tivemos até pouca participação [...]. Ele trabalha o próprio conceito de meio ambiente como algo que está atrelado a **questão dos animais**, que **nós temos uma dificuldade muito grande de identidade e eu vejo isso com os próprios alunos, a gente não consegue ainda se reconhecer como um animal**, parece que nós somos seres humanos e que é totalmente diferente dos animais, não nós somos animais, mas enfim, ele trabalha a questão dos animais, ele trabalha a questão das plantas e trabalha a questão da cultura humana, **e acho que essa é a grande diferença dentro do conceito de educação ambiental, quando tu consegue perceber que a cultura humana também faz parte disso [...]** geralmente quando tu pergunta para as pessoas, para as crianças o que é meio ambiente elas vão falar em plantinha, vão falar em bichinho e esquecem do ser humano. (Entrevistado A)*

O entrevistado A destacou que o seu conceito de educação ambiental é balizado nas ideias de Genebaldo Freire Dias, Doutor em Ecologia que exerceu vários cargos de direção em instituições relacionadas à causa ambiental, sendo consultor da Organização Mundial da Saúde (OMS), das Nações Unidas (ONU) e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Particularmente, considero o autor fruto das políticas de educação ambiental da década de 70, vinculadas a um paradigma de educação ambiental conservacionista que carregam um olhar de Educação para a Gestão Ambiental.

No primeiro capítulo desse estudo destaquei que a educação para a Gestão Ambiental é mais uma educação para a gestão de conflitos ambientais – o que não é ruim do ponto de vista da necessidade de mediação de conflitos do cenário mundial. Ao enfatizar que temos dificuldade de nos reconhecer como animais, o entrevistado julga ser importante que nos vejamos parte do todo, integrantes dos sistemas biológicos, preservando-os para as gerações futuras. O discurso conservacionista que aparece na fala do entrevistado é amplamente conhecido no campo da educação ambiental e aparece em vários documentos, tais como a própria

Constituição Federal e os tratados e cartas que resultaram de encontros como a Eco 92, a Rio +20, entre outros.

De acordo com Carvalho (2012, p. 180), é comum que orientações pedagógicas que têm como enfoque o comportamento dos indivíduos sejam incorporadas nas discussões inerentes à formação de atitudes ecológicas e que, em consequência desse olhar, as ações de EA acabem sendo direcionadas a visões preservacionistas e de conduta responsável pelo uso dos recursos, uma perspectiva que considero antropocêntrica e baseada na dicotomia entre natureza e cultura.

Porém, no final do discurso, ao integrar a cultura humana no conceito de EA, percebo que o entrevistado é capaz de reconhecer a importância da “superação da dicotomia entre natureza e sociedade” (CARVALHO, 2012, p. 37) dentro das discussões do espaço socioambiental – ponto de relações de mútua interação entre humanos e não humanos.

*[...] o meu entendimento de educação ambiental, ele passa obrigatoriamente pela questão de nós termos um processo de educação ambiental. Ele tem que **estar vinculado a uma educação**, seja ela **formal, não formal ou informal**, ele tem que estar vinculado a um processo educativo e obviamente relacionado a um problema, uma problematização ambiental [...]. Ela tem que **visar à mudança de consciência [...]**. Eu só vou mudar a minha consciência se eu estiver sensibilizado com aquilo, então a sensibilização é muito importante [...]. (Entrevistado A)*

Ao citar os ambientes formais, não formais e informais de EA, o entrevistado faz referência a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) de 1999, demonstrando reconhecer os diferentes espaços sociais onde a EA deve ocorrer. Recomendar que a EA deve estar vinculada à educação propriamente dita, mostra o reconhecimento do papel da escola no processo reflexivo dos sujeitos e a noção de que a EA é “processo permanente, aberto e formativo, no qual a relação de ensino/aprendizagem envolve processos cognitivos e socioculturais de atribuição de significados” (CARVALHO, 2012, p. 187).

No que se refere ao termo *mudança de consciência*, é importante destacar que “ênfasis na indução ou mudança de comportamentos, nem sempre alcança a formação de uma atitude ecológica, no sentido de uma identificação dos alunos com as causas ambientais (CARVALHO, 2012, p. 182)”, uma vez que, “o grande desafio da EA é, pois, ir além da aprendizagem comportamental, engajando-se na

construção de uma cultura cidadã e na formação de atitudes ecológicas” (CARVALHO, 2012, p. 182) ou, parafraseando Layrargues (2000), a educação ambiental deve ir ao encontro do exercício da cidadania, auxiliando no desenvolvimento da ação coletiva para o enfrentamento dos conflitos socioambientais.

*[...] eu acho que o próprio conceito de educação ambiental, criado na **UNESCO**, que fala da utilização equilibrada dos recursos naturais visando à garantia para as gerações futuras eu acho que esse conceito ele ainda é muito antropizado, ele não engloba talvez aquilo que fosse mais importante em termos de conceito que seria **nós nos entendermos como mais uma espécie e que nós temos que pensar no todo como um sistema equilibrado e pensar nas gerações futuras. Gerações de quem? Gerações de seres humanos? Ou nas gerações de todas as outras espécies? Isso não tem no conceito, [...] nos primeiros anos de 2001 a 2005 houve uma explosão de referências bibliográficas de educação ambiental e muitos do que eu li mostravam esse conflito, essa falta de entendimento do que era realmente o processo de educação ambiental, mas é uma luta né. (Entrevistado A)***

Ao considerar o conceito de EA da UNESCO limitado ou insuficiente e ao identificar que alguns materiais ofertados possuem conflitos conceituais, percebo uma avaliação crítica e reflexiva do entrevistado, enquanto educador ambiental, uma vez que a capacidade de “ler e interpretar um mundo complexo e em constante transformação” (CARVALHO, 2012, p. 75) é o tipo de atitude que se espera desses sujeitos.

Seguindo na avaliação das entrevistas, a entrevistada B demonstra acreditar em uma visão conservacionista e ecológica da EA onde se reforça o estereótipo do educador ambiental como um biólogo ecologista que visa “compreender as inter-relações entre os seres vivos, procurando alcançar níveis cada vez maiores de complexidade na compreensão da vida e de sua organização no planeta” (CARVALHO, 2012, p. 39).

*[...] na verdade todo esse contexto do ser humano, que é um animal, então os animais e a vegetação, essa coisa toda, a cultura humana é que dá na verdade esse viés do quanto tu está degradando ou o quanto tu não vai degradar o ambiente e do quanto tu vai sensibilizar, porque é uma cultura, animal a gente é, nós somos animais [...]. Tu tem que saber que faz parte daquilo o que está acontecendo hoje, daí **vem uns Belo Monte da vida, que pensa que tem que devastar todo mundo e não terem uma consciência da recuperação ou lá do Rio Doce, do jeito que foi [pausa]. Tá ok, estão trabalhando para tentar pagar aquela dívida, mas eu vou dizer ambiente degradado. Por mais que tu minimize e recupere a área degradada não volta mais a ser o que era, não volta, e isso***

é a cultura humana e eu acho que era isso que a gente tinha, essa percepção. (Entrevistada B)

Outra questão que perpassa tanto o discurso do entrevistado A, ao assinalar que o ser humano não consegue se perceber como parte integrante do *sistema equilibrado*, quanto à fala da entrevistada B, ao destacar a importância da *recuperação* e da *minimização da degradação ambiental*, é a adoção de um “discurso catastrófico sobre o fim da vida no planeta e a supervalorização dos desastres ambientais”, associados a “sentimentos de medo e impotência” acerca dos riscos ambientais (CARVALHO, 2012, p. 188).

Penso que esse olhar que valoriza os riscos, apresentado principalmente pela entrevistada B, assim como a referência à instalação da usina de Belo Monte e o recente acidente ambiental do rompimento da barragem da mineradora Samarco, na cidade de Mariana, são dois pontos que se encaixam também na pesquisa desenvolvida por Layrargues (2000), onde o autor evidencia algumas dificuldades de articulação da Educação para a Gestão Ambiental na promoção do exercício da cidadania, estando, entre os pontos elencados, a dificuldade de quantificação da força de trabalho da natureza e dos serviços prestados por ela, assim como a diferenciação entre perigo e risco ambiental, tanto para o entendimento daquilo a que estamos chamando de desastres ambientais, como para repensarmos a distribuição desses riscos entre os diferentes grupos que compõem o conjunto da sociedade. Conforme Layrargues (2000),

[...] não é a frequência das catástrofes naturais que vem aumentando ao longo do tempo, mas o avultamento de seus efeitos, uma vez que os humanos se aproximam progressivamente das áreas mais sujeitas a ocorrências de terremotos, maremotos, erupções vulcânicas, ciclones, secas, etc., o que evidentemente acarreta uma alteração substancial desses ambientes sujeitos a processos erosivos em regiões montanhosas ou a inundações periódicas em vales ou cursos d'água, em consequência de fortes chuvas (LAYRARGUES, 2000, p. 11).

Saber reconhecer os riscos e as legislações inerentes à trama ambiental é importante, porém a nossa capacidade de mobilização social frente aos acontecimentos deve ser mais relevante do que constatação dos problemas.

Em consonância com as demais visões apresentadas pelos entrevistados A e B, a entrevistada C apresenta um olhar mais holístico da EA, reconhecendo elementos da trama social como o sistema capitalista, a necessidade da quebra de uma visão antropocêntrica de mundo e a interferência da mídia na disseminação de um comportamento consumista.

*[...] eu penso que a **educação ambiental** tem que ser a **consolidação de princípios de um sujeito** que vive num meio que ele precisa compreender, ele não pode apenas se perceber como sujeito, porque se a gente for ter **a visão antropocêntrica** que é o que norteia a nossa sociedade como um todo, nós aqui no ocidente mais ainda, porque a gente tem um sistema que é capitalista, que é consumista, que quanto mais eu tenho mais eu sou e daí a gente tem práticas que são desde **práticas cotidianas minimalista**, até **grandes ações midiáticas que nos levam pra uma conduta totalmente destrutiva** [...]. (Entrevistada C)*

Outra abordagem que aparece na fala da entrevistada C é o entendimento de que as práticas cotidianas de cuidado com o ambiente são elementos minimalistas frente à complexidade ambiental. Acredito que a crítica foi direcionada às práticas cotidianas comuns desenvolvidas em formações de EA que “ensinam o que fazer e como fazer certo, transmitindo uma série de procedimentos ambientalmente corretos” (CARVALHO, 2012, p. 182), geralmente referindo-se à separação dos resíduos, ao uso racional dos recursos e à preservação da fauna e da flora. A entrevistada também introduz no discurso termos que vão ao encontro de uma EA que visa o pensamento crítico ao valorizar comportamentos sociais como a empatia e o respeito, não deixando de valorizar o reconhecimento das questões biológicas que também integram a trama, como os seres vivos, representados na fala pelos fungos e bactérias.

*[...] a **educação ambiental**, ela tem que passar primeiramente pelos valores do sujeito e do sujeito com o meio [...]. Para mim a **educação ambiental** tem que trabalhar com as **questões de escolha**, ela tem que trabalhar com as **questões de respeito, de empatia, com princípios que vão desde aquilo que é visível ao invisível**. Então, quando eu ensino ou quando eu perpetuo que a **bactéria** é nojenta, que o **fungo** é nojento, eu estou deixando de educar [...]. (Entrevistada C)*

Outro elemento interessante que surge no discurso da entrevistada é a importância de um olhar cidadão para a construção de relações na trama da EA, assim como o reconhecimento das limitações do exercício da profissão e do

compromisso moral daqueles que possuem acesso à informação perante a sociedade.

*[...] tu não te desenvolve, não exerce a tua **cidadania** se tu não tiver os princípios de respeito, de relação, que são fundamentais na questão ambiental. Se a gente não consegue perceber o que tem na nossa volta e respeitar a gente destrói e daí vem os problemas [...]. **Ninguém tem todo o conhecimento da área da biologia, mas nós que temos acesso a isso a gente tem uma obrigação que é muito mais do que moral de fazer intervenção sempre, sempre, em todos os momentos, quando a gente está desenvolvendo profissionalmente isso, e quando a gente está exercendo a nossa cidadania em qualquer situação do cotidiano [...]. Entrevistada C.***

Em contrapartida, assim como a entrevistada B, a entrevistada C percebe o ser humano como um ser que degrada e polui o que, em alguma medida, está em contradição com uma visão holística da complexidade ambiental. Mesmo após considerar o meio ambiente um espaço relacional no qual a espécie humana está inserida, a entrevistada repete o discurso de que a humanidade é “intrusa ou degradadora”, não conseguindo observar que “as modificações resultantes da interação entre os seres humanos e a natureza nem sempre são nefastas” (CARVALHO 2012, p. 37). Essa visão antropocêntrica é baseada no mito da harmonia e do equilíbrio da natureza não humana. Um mito, pois, entre as demais espécies, e na relação delas com o meio ambiente, também há impactos negativos.

*[...] o ser humano é fundamental porque não existe motivo pra gente buscar o avanço se não for pra gente qualificar a nossa vida pra gente melhorar de vida e só nós fazemos isso, só nós. **Nenhuma outra espécie tem essa preocupação porque eles têm mesmo que ingenuamente ou inconscientemente eles têm consciência ambiental, porque eles degradam uma área, mas eles saem daquela área e deixam naturalmente aquela área se recompor. Um grupo de chimpanzé, eles comem, eles usam eles brincam, eles quebram galho, mas eles ingenuamente eles percebem que aquele lugar não está bom pra eles e como um povo nômade se mudam e naturalmente aquela área vai se regenerar, nós seres humanos não fazemos isso, a gente vai lá, desmata, destrói, queima e a natureza não dá conta de fazer sozinha, ou se vai fazer vai levar muito tempo, tempo insuficiente pra que aquele ambiente volte a ser um ambiente equilibrado [...].*** (Entrevistada C)

Já a entrevistada D, quando questionada sobre o que é ou como acontecem os processos de EA, preocupou-se em elencar uma série de atividades do *saber fazer*, trazendo elementos como *embelezar, pintar, plantar*, e as atividades manuais e de trabalho coletivo de recuperação de espaços públicos, ou seja, não se

preocupou em definir a EA, mas em exemplificar atitudes que considera integrar as práticas de EA.

*[...] na escola do município também desenvolvi projetos de EA. O **grafite**, por exemplo, eu levei para essa escola. Foi desenvolvido lá o **embelezar a escola** também, com **pneus pintados**, com **plantação de flores**, então, de uma maneira ou de outra, já trabalhei com **hortas [...]**. Então, ali eu tinha uma horta maravilhosa que eu ia com os alunos daqui do ensino médio, uma vez por semana [...]. Então, a minha preocupação ela veio crescendo e até os dias de hoje [...]. (Entrevistada D)*

Em seguida, destacou que em sua prática pedagógica busca utilizar a EA como um tema que perpassa as aulas de Geografia, o que demonstra que ela reconhece a EA como um tema transversal que deve ser trabalhado na escola, independente da disciplina que o docente ministra; orientação que aparece na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental onde se estabeleceu a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis do ensino formal da educação brasileira.

[...] eu sempre que posso estou ali na Geografia, no Oriente Médio, em atos terroristas e tudo mais, mas daqui a pouco eu to falando de meio ambiente. Então, é o meu dia-dia, é o que eu respiro é o meio ambiente e gosto de trabalhar com a terra assim, com esse contato com a natureza é muito importante [...]. Eu acho que é muito importante a prática, a teoria é importante, mas a prática é mais importante ainda [...]. (Entrevistada D)

Sobre o papel do ser humano na trama, demonstrou conhecimento do histórico da luta ambiental ao reconhecer as mudanças dos últimos 20 anos, assim como viu nas crianças a esperança de construção de novas sensibilidades, valores éticos e adoção de crenças. Dessa maneira, percebo que para essa entrevistada as crianças representam o sujeito ecológico, que sustenta a utopia daqueles que creem nos valores ecológicos, aqueles que animam a luta por um projeto de sociedade (CARVALHO, 2012).

*[...] eu penso assim, as pessoas estão se conscientizando, se tu falasse em meio ambiente há 20 anos tu não ia ter tanta receptividade como tu tens hoje e **essas crianças que estão vindo, que estão crescendo agora, elas já estão trazendo um conhecimento, é um outro perfil digamos, é um outro comportamento. Tanto é que muita criança, até filhos de amigos e amigas minhas e colegas me relatam que os filhos chamam a atenção dos pais**. Então, aquela coisa, a geração de 50 anos atrás foi a época de que tudo surgiu [pausa para pensar], foi a explosão da tecnologia. Então, de 50 anos para cá, o pessoal não*

se preocupou tanto com o meio ambiente e sim com o consumo, agora está havendo um retrocesso parece, as pessoas voltando para as hortas orgânicas, as pessoas reciclando, as pessoas consumindo menos, então tudo isso agora parece que está sendo bem moderno [...]. (Entrevistada D)

Por fim, a entrevistada E, ao explicar como trabalhava com a EA na escola ressalta a dinamicidade das aulas, porém lamenta a desvalorização da temática por parte dos demais docentes.

*[...] então eles [os alunos] ficavam esperando a minha aula, sabiam que naquele dia a **aula era mais dinâmica** e a gente ia conversar bastante ou ia ver um vídeo interessante e conversar sobre aquilo, ou **a gente ia pra rua avaliar o nosso ambiente ali, comentar sobre alguma reportagem de meio ambiente que a gente viu na TV. Então era uma aula diferenciada** e no ano que eu assumi esse projeto, uma coisa que me impactou bastante foi que os alunos me receberam super bem, mas as professoras não. Então, elas começavam assim, quando entrava no meu período eles estavam fazendo outro trabalho, eu dizia “gente vamos começar a aula de meio ambiente, terminou a outra aula”, e eles “**não professora, a nossa professora disse que a tua aula não é importante, que a gente pode terminar de fazer o que tem da outra aula**”, então eles ficavam terminando de cortar, terminando de recortar, terminando de colar [...]. (Entrevistada E)*

É importante que aqui seja efetuada uma explicação. A professora titular da turma era a professora de uma disciplina específica, como Português, Geografia, ou outra, e a professora de EA, no caso a entrevistada E, trabalhava com EA em um período semanal dentro de cada turma. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a EA “na educação formal e, portanto, também no Ensino Médio, deve ser desenvolvida como uma prática educativa **integrada, contínua e permanente** sem que constitua componente curricular específico” (BRASIL, 2013, p. 166, grifo meu).

Assim, de acordo com o discurso da entrevistada questioneei porque a EA na cidade de Alvorada é ofertada por intermédio de uma disciplina à parte e recebi a seguinte resposta:

*[...] o município, ele seguindo as **leis das obrigatoriedades** que tem agora de educação e base de todo o município, estado, federal, né, que é a LDBEN, ele te dá um norte, né? **Agora, por lei, é obrigatório se ter educação ambiental nas escolas**, por lei é obrigado a ter educação musical nas escolas, por lei é obrigado ter aula de educação física em todas as escolas, existem leis, né, existem leis com número e toda a regulamentação, mas nem tudo é seguido especificamente. Então, por exemplo, é obrigado a ter aula de música, mas*

não tem a quantidade necessária de professores de música no município, então o que eles [secretaria de educação municipal] fizeram, eles criaram os eixos, eixo 1, 2, 3, 4, 5, e cada eixo engloba uma quantidade de coisas que são obrigatórias e daí eles largam esses eixos dentro da escola e a escola opta se ela quer este ou aquele porque ela não pode ter tudo, porque não tem base para se ter tudo [...]. Então aqui, por exemplo, no município de Alvorada, nós temos das 27 escolas somente 7 tem educação ambiental. Então, assim, é um número mínimo [...]. (Entrevistada E)

Aqui fica evidente que a legislação criou uma obrigatoriedade para a inclusão de algumas temáticas e o município, na tentativa de cumprir essa legislação, organizou os eixos. Ocorre que esses temas deveriam ser trabalhados como temas transversais em todas ou, pelo menos, em boa parte das disciplinas e não ser disponibilizados como aulas alternativas, desconectadas das demais.

Especificamente sobre o conceito de EA, a entrevistada E mostra reconhecer a EA como um tema que engloba a sociobiodiversidade, incorporando no discurso elementos como sociedade, ambiente, respeito à comunidade, convivência em harmonia entre humanos e não humanos, o que considero um olhar holístico acerca do tema.

*[...] eu acho um conceito muito amplo, que abrange tudo desde o teu convívio em sociedade, viver com o outro, respeitar o outro e respeitar todo o ambiente em que tu estás. A educação ambiental que eu passava pros meus alunos vai desde tu **respeitar o ar que tu respira, a casa que tu mora, a escola, a rua [...]. Tudo o que está ao teu redor faz parte do teu ambiente, então a educação ambiental é conviver em harmonia com esse ambiente, sem destruir, sem depredar, sem matar [...]. É a relação seres humanos e animais.***

Sobre o papel do ser humano na trama ambiental ela percebe o homem como parte integrante do grande grupo “animais”, porém, assim como a entrevistada C, vê a humanidade como a vilã dos processos de preservação ambiental, não percebendo que nem sempre as interações entre o homem e o ambiente são negativas. Assim sendo, mais uma vez, verifico a presença da dicotomia entre ser humano e natureza.

*[...] eu acho que o ser humano exerce grande influência porque é um dos animais que mais destrói, é um dos animais que mais consome, porque se a gente avaliar as outras cadeias, eles [os outros seres] conseguem viver em um ambiente e manter aquele ambiente vivo. **O ser humano cada vez degrada mais** e acho que, apesar de dizerem que é o ser humano é o animal mais inteligente, de maior capacidade de adaptação ao meio, de sobrevivência, é o animal que mais evoluiu, que mais mudou apesar de tudo isso, eu acho que é o animal mais*

*burro, porque **ele não entende que ele destrói o que ele mesmo come, ele destrói o que ele mesmo bebe, ele destrói o que ele mesmo usa**, então, nesse sentido eu acho que é o animal mais burro que tem sobre o planeta [...]. (Entrevistada E)*

Descrição das atividades efetuadas no passado e no presente da Sala Verde.

Relato das atividades ofertadas pela primeira equipe da Sala Verde Lígia Rockenbach

De acordo com o relato dos fundadores pude identificar três eixos básicos para as atividades que eram ofertadas pela primeira equipe da Sala Verde Lígia Rockenbach: *atividades ofertadas às escolas e ao público em geral*, as quais tratavam de temas ambientais diversos de acordo com a demanda externa; *formações específicas às escolas e docentes*; e *atividades que direcionavam às temáticas da fauna e da flora para todos os públicos*.

Entre as *atividades ofertadas às escolas e ao público em geral* identifiquei o atendimento ao público nos turnos manhã, tarde e noite, pois a Sala Verde permanecia aberta nos turnos manhã e tarde recebendo alunos, professores e comunidade, e efetuava atividades à noite com os alunos da educação de jovens e adultos; o cinema popular com películas do Circuito Tela Verde, com filmes produzidos e ofertados pelo Departamento de Educação Ambiental, da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Secretaria do Audiovisual, do Ministério da Cultura, atividade que geralmente vinha agregada a palestras e era ofertada geralmente para alunos da EJA das escolas do município; as oficinas de reaproveitamento e reciclagem que eram oferecidas para a comunidade e escolas, ensinando a reciclagem do papel, a confecção de sabão e o reaproveitamento de materiais; as exposições itinerantes onde eram disponibilizados cartazes, painéis, material explicativo, maquetes com animais em miniatura; o boneco Figueirinha que participava de eventos, principalmente os que eram oferecidos para crianças; e as apresentações de trabalhos técnicos onde convidavam palestrantes para falar de assuntos inerentes às suas áreas técnicas, complementando outras atividades como, por exemplo, em um evento sobre o tema água efetuavam um convite para que um técnico da empresa Corsan apresentasse uma maquete ou esquema relacionado com o

tratamento da água, ou em um evento sobre animais, convidavam a Polícia, e a Secretaria de Direitos dos Animais para falar sobre o treinamento dos cães farejadores e os cuidados com os animais abandonados.

Entre as *formações específicas às escolas e professores* identifiquei as formações para professores da rede pública onde discutiam temas diversos para trabalhar com educação ambiental nas escolas; os cursos de formação de Agentes Ambientais Infantojuvenis que tinha como objetivo qualificar a juventude da cidade para zelar pela preservação do meio ambiente, servindo como informantes de irregularidades e violações do meio ambiente, assim como propositores de projetos e sugestões ao Poder Público; e o teatro infantil que utilizava fantoches e criava histórias diversas para sensibilizar as crianças sobre problemas ambientais e a importância de uma atitude cidadã consciente;

E por fim entre *as atividades que direcionavam às temáticas da fauna e da flora para todos os públicos* identifiquei as palestras sobre temas diversos vinculados às temáticas da ecologia, biodiversidade, fauna, flora, e assuntos que surgiam por demanda externa; o encontro solidário para cachorros que visava conscientizar a população sobre o abandono de animais, promovendo a doação de cães, palestras, atividades lúdicas, desfile de cães entre outras atividades, com intuito de diminuir os índices de maus tratos e abandono de animais; o grupo de avaliação de aves com observação e estudo de aves que compunham a fauna de Alvorada; o Fóruns de Arborização Urbana que deu origem ao Fórum de Arborização Urbana Gaúcho que se vinculou ao fórum brasileiro, ou seja, a cidade foi pioneira na oferta desse encontro que tinha como objetivo discutir a implantação, o manejo vegetal e as políticas urbanas em geral; e as palestras com distribuição de mudas de hortaliças, como uma questão simbólica de cuidados com a vegetação;

Sobre a organização do trabalho da primeira equipe da Sala Verde, o entrevistado A destaca que a agenda estava sempre lotada, porém organizada, e que no final da gestão a primeira equipe conquistou um telecentro²² que não pôde ser inaugurado por ficar aguardando uma vistoria do Ministério das Comunicações:

²² O telecentro é uma iniciativa do Ministério das Comunicações que se caracteriza por ser um Ponto de Inclusão Digital – PID, sem fins lucrativos, de acesso público e gratuito, com computadores conectados à internet, disponíveis para diversos usos, tendo como objetivo promover o

[...] nós tínhamos um calendário e se tu olhasse aquele calendário, todos os dias nós tínhamos alguma coisa e havia dias em que nós tínhamos que nos dividir para poder dar conta [...]. Obviamente que o trabalho de meio ambiente, educação ambiental não era um trabalho burocrático de dentro de setor, nós tínhamos as pessoas que ficavam dentro do setor, nossos estagiários ficavam atendendo telefonemas, agendando, isso existia, mas o pessoal basicamente ia para rua [...]. Nós tínhamos conquistado no final da nossa gestão um telecentro, tínhamos recebido já todos os computadores, não podíamos abrir aqueles computadores porque tínhamos que esperar os técnicos do Ministério que viriam para montar esses computadores e quando a nova gestão assumiu esses computadores sumiram e muitos materiais [...]. (Entrevistado A)

É importante esclarecer que o telecentro opera normalmente na Sala Verde, desde o ano de 2014. Sobre as ações ofertadas pela equipe atual, o entrevistado A entende que a falta de apoio da gestão pública reduz o potencial das atividades:

*[...] hoje eu ainda acredito numa falta de apoio e de estrutura nessas atividades porque se tu analisares, **mais da metade das atividades que são feitas hoje pela Sala Verde são atividades vinculadas a outras instituições**, por exemplo, Projeto Rio Limpo que não é da Sala Verde, mas que a Sala Verde atua, ajuda na estrutura, mas não é um projeto da Sala Verde [...], mas sempre que aparece um projeto ou outro esse projeto está vinculado a uma outra coisa. O que eu quero dizer é o seguinte, o que eu sinto e eu não quero colocar a responsabilidade disso na Sala, mas é a falta de apoio do tipo “vamos criar uma coisa legal”, vinda da gestão [...]. (Entrevistado A)*

No entanto, verificando o relatório de atividades efetuadas pela atual equipe (Anexo A), é possível observar que as ações, em sua maioria, são parcerias com outras secretarias de governo e não com instituições externas. Sendo assim, observando a lista de todas as ações efetuadas pela atual gestão da Sala Verde nos últimos três anos é possível aferir que apenas cerca de 25% das atividades são fruto de parcerias com instituições externas e as demais integram ou complementam atividades ofertadas por outras secretarias da Prefeitura Municipal, como as Secretarias de Saúde e Secretarias de Serviços Urbanos.

Efetuada o resgate das atividades que ocorriam nos primórdios da Sala Verde seguirei descrevendo as atividades atuais que o espaço oferece ou participa em parceria com outras instituições e secretarias de governo.

desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades de inclusão digital aos cidadãos.

Relato das atividades ofertadas pela equipe atual da Sala Verde Lígia Rockenbach

Na posição de pesquisadora participante, acompanhei sete atividades ofertadas e/ou que tiveram a participação da atual equipe da Sala Verde. Dessa maneira, farei um esforço para resumir as ações acompanhadas e as observações efetuadas e registradas em meu diário de campo, bem como, intercalado a isso, buscarei nas falas das entrevistadas elementos que exemplifiquem como elas relatam as ações que acompanhei e outras atividades efetuadas pela equipe.

Tendo em vista que não foi possível acompanhar todas as atividades efetuadas pelo CEA de Alvorada, solicitei à equipe uma lista das ações que foram oferecidas pela atual gestão e, para fins de valorização do trabalho desta equipe, apresento uma lista no Anexo A. Sendo assim, as atividades acompanhadas foram:

Compartilhando Saberes em 2016 (Figura 3)

Local: Sala Verde Ligia Rockenbach.

Público alvo: professores das escolas municipais e estaduais.

Número de participantes: 60 professores.

Tempo de duração: 4 horas.

Objetivo: oportunizar uma formação continuada aos professores de Ciências da rede pública municipal, bem como ofertar um espaço para o compartilhamento de ações docentes na área de Ciências da Natureza como uma atividade preparatória para a formação ofertada pela SMED.

Figura 3 – Atividade compartilhando saberes.



Fonte – arquivo pessoal.

Descrição da atividade:

Particpei desta atividade em dois turnos: um que atendeu os professores da manhã e outro que atendeu os professores da tarde. Na ocasião, as três servidoras da Sala Verde estavam presentes. A organização dos dois encontros era a mesma: havia uma dinâmica de apresentação, depois um vídeo onde Rubem Alves tratava de algumas questões acerca da aprendizagem e, por fim, um tempo destinado para que os professores compartilhassem ações que consideraram relevantes em suas práticas.

Na dinâmica de apresentação sobre o fazer pedagógico, cada docente escolhia uma imagem disposta na mesa e explicava por que escolheu aquela imagem. As imagens eram basicamente sobre a temática ambiental, espaço escolar e imagens humanas em geral. Durante as apresentações observei que a maioria dos professores que atuam com o ensino de Ciências têm formação em Biologia ou Matemática. Durante a atividade identifiquei dois perfis: os professores que mostraram muito carinho à profissão, destacando termos como “sou um apaixonado pela sala de aula”, “tentamos fazer com que nossos alunos pensem além da sala de aula”, “quanto tu envolve um aluno num projeto diferente, tu tem um resultado diferente”; e os professores que sentiam que a escola está sendo negligenciada pela família e pelo Estado, os quais traziam falas como “fico indignada com esse

desrespeito do Governo com a gente”, “a violência tomou conta da escola”, “eu culpo um pouco essa marginalidade pela ausência da família”. Considerei muito válidas as apresentações, pois nesse momento além de questões pessoais foi possível identificar alguns descontentamentos e paradigmas dos professores.

Sobre o vídeo com a fala de Rubem Alves²³, percebi que a maioria dos docentes não gostou da manifestação do educador. No filme de 15 minutos Rubem Alves criticava o vestibular e a organização escolar brasileira. Alguns docentes se defenderam dizendo “infelizmente eles serão selecionados”, “nós não contamos com o apoio da família”, “não preparamos alunos para o vestibular apenas, mas esperamos que eles almejem alguma coisa”, “às vezes parece que a gente faz de conta que estamos ensinando e eles fazem de conta que estão aprendendo”. Percebi desconforto com a negligência da comunidade com as escolas, certa ausência da família no espaço escolar e uma forte crítica ao ensino conteudista, por entenderem que os objetivos da escola não devem visar apenas os conteúdos, mas também constituí-la em espaço de socialização e aprendizagem de saberes para a vida. Enquanto espectadora do vídeo penso que as considerações dos professores foram válidas e demonstraram visão crítica do contexto escolar, ainda que fundamentadas no reconhecimento da meritocracia como necessária aos arranjos escolares e sociais.

Na etapa de compartilhamento de ações e práticas sugeriram relatos interessantes como o uso de animais de brinquedo como modelos didáticos para trabalhar a cadeia alimentar e os seres vivos; uso de música para trabalhar doenças relacionadas com o saneamento básico; elaboração de jornal na escola; construção de cartilha sobre os alimentos para falar de desperdício; construção de vídeos com os estudantes para o uso das redes sociais como mecanismo de aprendizagem; elaboração de pluviômetro para o acompanhamento da precipitação; aula de culinária para estudar os peixes; gravação de depoimentos dos alunos valorizando a família; prática de plantio de feijão; e uso de mapas conceituais. Tendo em vista que o objetivo era que os professores compartilhassem ações que consideraram ter

²³Rubem Alves foi um psicanalista, educador, teólogo e escritor crítico, entre outras coisas, da abordagem tecnicista.

atingido os alunos positivamente, penso que os relatos enriqueceram o debate e auxiliaram na troca de experiências.

Penso que o encontro foi muito válido e atingiu o objetivo principal que era oportunizar uma formação continuada aos professores de Ciências da rede pública municipal e propiciar um espaço para o diálogo de saberes.

Roteiro ambiental (Figura 4)

Local: pontos diversos na cidade de Alvorada.

Público alvo: alunos das escolas da rede pública municipal.

Número de participantes: 30 estudantes na atividade que acompanhei, mas no total cerca de 500 alunos que já participaram da atividade.

Tempo de duração: 3 horas.

Objetivo: visitar pontos específicos da cidade, com ônibus cedido pela SMED, a fim de proporcionar aos estudantes uma experiência relacional com o ambiente, o espaço urbano, e a história da cidade.

Figura 4 – Roteiro ambiental na beira do Arroio Feijó, Alvorada, RS.



Fonte – arquivo pessoal.

Descrição da atividade:

Durante as entrevistas perguntei como acontecia o Roteiro Ambiental e o relato da entrevistada C foi:

[...] o roteiro ambiental que nós criamos no ano passado, que foi o ano do cinquentenário da cidade, que a gente viu que era uma oportunidade da gente problematizar com as pessoas a idade que Alvorada tem [...]. A gente visita, então, alguns pontos que nós elencamos dentro da nossa avaliação como pontos de relevância ambiental e que têm relação direta com a convivência das pessoas na cidade e aí, nesse projeto, a gente trabalha questões interdisciplinares e ele tem um enfoque que é histórico, que é sociocultural, que é econômico e a gente vai então de ônibus visitando os lugares, a gente desce para que tenham um contato mais próximo, mais visual, mais concreto com os espaços e outros a gente para e faz a fala dentro do ônibus. É um projeto muito solicitado pelas escolas [...]. (Entrevistada C)

O roteiro é disponibilizado várias vezes ao ano para alunos em diferentes níveis escolares. No dia em que acompanhei a atividades a equipe recebeu alunos de sétimo ano. Na ocasião, duas representantes da Sala Verde participaram da atividade.

Fomos ao encontro do ônibus disponibilizado pela SMED que se dirigiu até a escola. Duas turmas embarcaram, acompanhadas das professoras e a servidora da Sala Verde enfatizou aos alunos:

[...] esta saída não é um passeio, é um roteiro ambiental orientado, portanto vamos fazer um estudo do ambiente da cidade, áreas degradadas [...]. Hoje nós vamos ver um pouquinho do que a natureza construiu e que devemos conservar [...]. (Entrevistada D)

Nesse discurso é possível observar algumas questões. A primeira delas se refere a seriedade que a guia pretendia passar à atividade ao dizer que não se tratava de um passeio, ou seja, que não deveria ser tomada como algo recreativo, mas como uma atividade educativa séria, como se educação não pudesse ser divertida ou como se não aprendêssemos também nos divertindo. A segunda é a visão conservacionista de ambiente que deve ser preservado que surge com os termos “natureza construiu” e “devemos conservar”.

Esse olhar conservacionista se dedica a proteger a natureza das interferências humanas, o que reforça a dicotomia entre o ser humano e a natureza. O interessante é que os locais visitados foram: Cascata do Xangô, primeiro shopping da cidade em construção, Sala Verde, Prefeitura Municipal, Arroio Feijó, Passo dos Negros, Distrito Industrial, Capela Santo Onofre, Horto Municipal e Lagoa do Cocão, ou seja, ambientes alterados pelo homem, o que faz contraponto a afirmação de visita a locais que a “natureza construiu”. Independente das contradições

trazidas na fala considero os locais escolhidos muito adequados à realidade do município, pois o resgate histórico e a contextualização dada valoriza os espaços públicos da cidade de Alvorada e situa os estudantes acerca dos processos de implantação de empreendimentos, potenciais locais de lazer e as responsabilidades da gestão pública na oferta e manutenção desses espaços.

Durante a visita guiada percebi que o som do ônibus prejudicava a audição dos alunos durante as explicações. Para a resolução desse problema acredito que a aquisição de uma pequena caixa de som com microfone resolveria ou que as explicações fossem efetuadas unicamente com o veículo parado.

Nos pontos Arroio Feijó, Capela Santo Onofre e Lagoa do Cocão desceram do ônibus e a servidora efetuou falas relacionadas com a importância daqueles lugares para a cidade enfatizando a preservação dos espaços. No caso do Arroio Feijó o destaque se deu pelo fato desse corpo d'água ser um braço do Rio Gravataí, o qual abastece a cidade de Alvorada; no caso da Lagoa do Cocão, o destaque foi a importância desta para a vida de peixes e seres que habitam o local; e no caso da Capela Santo Onofre, o destaque foi sócio histórico, uma vez que a construção é uma das poucas, se não a única construção antiga preservada na cidade, sendo datada no ano de 1951. O que surpreende na construção da capela é o fato de ela ter sido construída como o pagamento de uma promessa de um amor impossível. Infelizmente, o terreno onde fica a construção foi vendido para um particular, o que dificulta o acesso dos visitantes ao espaço.

Considero essa atividade de grande relevância para a cidade e penso que, para além das escolas, também a comunidade alvoradense deveria se constituir em público alvo uma vez que a potencializa a construção de novas relações com o espaço socioambiental.

Encontro de professores Eixo 5 (Figura 5)

Local: Sala Verde Ligia Rockenbach.

Público alvo: professores que atuam no eixo 5.

Número de participantes: 18 professores.

Tempo de duração: 1 turno (manhã)

Objetivo: promover uma formação na temática de educação ambiental para os professores que atuam nas escolas municipais no eixo 5.

Figura 5 – Encontro de professores.



Fonte – arquivo da Sala Verde.

Descrição da atividade:

Durante a entrevista perguntei sobre as atividades da Sala Verde e o encontro de estudos foi relatado pela entrevistada C da seguinte forma:

[...] a gente faz com esses professores que desenvolvem esses projetos, essas sessões de estudos que são encontros de capacitação de professores. Para cada um a gente têm um temática diferente. Esse público, anualmente ele se refaz, porque nem todos os professores que estão no projeto esse ano ficam no ano seguinte [...]. Além disso, a gente também faz os encontros com os professores de ciências [...] e, em alguns momentos, a gente une esses dois grupos porque a gente entende que precisa também ter, através desse conflito de formação, uma reestruturação das concepções. (Entrevistada C)

A descrição da entrevistada mostra a importância desse espaço de troca de saberes para a formação docente. A sessão de estudos que participei foi a quarta do ano de 2016.

O evento iniciou com a apresentação breve de todos. Posteriormente, a equipe da Sala Verde efetuou uma apresentação que retomava o que era o “Eixo 5: educação, ambiente, biodiversidade e sustentabilidade” da SMED e quais atividades eram possíveis de ser efetuadas nas escolas dentro desse eixo. A intenção era

auxiliar os professores com ideias para atividades de educação ambiental na escola, sendo assim, algumas das atividades que apareceram como possibilidades foram: hortas e permacultura na escola; paisagismo e jardinagem no espaço escolar; criação de alternativas na produção, descarte, destino e aproveitamento dos resíduos domésticos e escolares; geração de renda e atividades cooperativas a partir da reciclagem e reaproveitamento de recursos e materiais; saúde, doenças e cultivo de plantas medicinais; produção de energia alternativa; planeta água; consumo consciente, aproveitamento e não desperdício dos recursos naturais; astronomia, sustentabilidade e Planeta Terra.

Conforme relatei nesse capítulo ao avaliar as falas da entrevistada E, esses temas deveriam ser trabalhados como temas transversais em todas ou, pelo menos, em boa parte das disciplinas escolares e não serem disponibilizados como aulas alternativas, desconectadas das demais. Penso que interpretações como essa fogem das intenções da Política Nacional de Educação Ambiental que é clara ao definir a importância da educação ambiental em todos os segmentos. Não acho que esse equívoco seja da Sala Verde, mas sim da Secretaria de Educação, a qual propôs os eixos dentro da organização escolar municipal. Acredito que esse é um ajuste que necessita ser efetuado com urgência no município.

Após a apresentação houve um breve intervalo e a equipe iniciou a divulgação de cursos de EA disponibilizados *online* pelo MMA, o que considerei de grande valia pelo caráter socializador das informações. Também divulgaram a Semana Interamericana da Água, promovida pela ABES, que contaria com a participação da Sala Verde de Alvorada na programação. Com isso, foi sugerido aos professores que fizessem uma Mostra Pública de Trabalhos das escolas, por intermédio de banners financiados pela Sala Verde e com exposições públicas de materiais produzidos pelos alunos, ideia que foi bem recebida pelos docentes.

Para finalizar o encontro de estudos, a equipe da Sala Verde mostrou aos professores um material recebido pelo Projeto Rio Limpo, que foi encaminhado para todas as escolas para uso dos professores. Esse material incluía um mapa interativo da várzea do rio Gravataí com vídeos explicativos, e alguns livros. Esse momento foi interessante porque os professores reclamaram que não foram informados por suas escolas sobre a chegada do material, o que pode sinalizar uma falta de

transparência (ou de informação) das diretorias em relação a chegada dos materiais. Penso que para resolver uma pendência nesse sentido é interessante que a SMED trabalhe com a gestão escolar do município, promovendo encontros das equipes diretivas, a fim de promover uma visão mais democrática nas gestões das escolas.

Em linhas gerais considerei essa atividade de suma importância para a socialização de informações, troca de experiências, e convivência entre os docentes, mas senti falta da presença de representantes da gestão da SEMED, para o acompanhamento das demandas dos professores e conhecimento das realidades.

Atividade Refrescando Ideias (Figura 6)

Local: auditório e pátio da Sala Verde Ligia Rockenbach.

Público alvo: escolas, professores, servidores da Prefeitura Municipal e comunidade em geral.

Número de participantes: 120 visitantes, entre alunos, professores e comunidade.

Tempo de duração: 1 turno (tarde).

Objetivo: ofertar uma atividade sobre o tema água para a comunidade em geral, a fim de divulgar a semana da água e popularizar o espaço da Sala Verde.

Figura 6 – Atividade refrescando ideias.



Fonte – arquivo da Sala Verde.

Descrição da atividade:

A atividade compunha a XXIII Semana Interamericana da Água e XVI Semana Estadual da Água, promovida pela ABES, sendo uma Mostra Pública de Trabalhos das escolas. Na ocasião houve uma palestra com a equipe técnica da CORSAN de Alvorada, que levou um sistema de tratamento de água portátil para explicar o processo, uma exposição de banners sobre atividades realizadas pelos professores e alunos da rede municipal de ensino com a temática da água, diferentes exposições de materiais construídos pelos alunos como marionetes para promover EA, e a exposição da Maquete da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, do Projeto Rio Limpo, onde era possível observar toda a bacia do rio, incluindo a parcela que corresponde a cidade de Alvorada, por intermédio de miniaturas realistas dos espaços.

Penso que o caráter divulgador do espaço da Sala Verde promovido por essa atividade é de grande relevância, porém, pelo evento não fazer parte da programação do calendário das escolas, havia poucos professores e alunos desfrutando da atividade. Outra questão é que apesar do portão de acesso ao espaço da Sala Verde estar aberto, poucas pessoas da comunidade se atreveram a adentrar no espaço, talvez por falta de conhecimento da função da Sala Verde, talvez por falta de divulgação da atividade na comunidade, o que poderia ser resolvido por intermédio de uma divulgação maior da exposição antes da oferta da atividade. Na verdade, acredito que há muito que avançar ainda na divulgação desse espaço à comunidade, em todos os sentidos, sob pena de ele ser extinto pelo poder público e mudado para outro local, já que o prédio tem potencial para servir a outras atividades. A falta de visibilidade do trabalho seria um elemento quase indiscutível para que uma nova gestão da Prefeitura Municipal pudesse justificar a mudança da Sala Verde para outro local com menor potencial.

Comemorações da Semana do Meio Ambiente 2016, atividade “Nada no Tudo” (Figura 7)

Local: Sala Verde Ligia Rockenbach.

Público alvo: alunos das escolas da rede municipal.

Número de participantes: 40 alunos na atividade que participei, mas no total foram 80 alunos recebidos durante o evento.

Tempo de duração: 1 turno (tarde)

Objetivo: oferecer atividades lúdicas e reflexivas acerca dos temas ambientais.

Figura 7 – Atividade Nada no Tudo



Fonte – arquivo da Sala Verde.

Descrição da atividade:

Ao ser questionada sobre as atividades promovidas pela Sala Verde as ações vinculadas a Semana do Meio Ambiente surgiram como um grupo de ações proporcionadas anualmente:

*[...] bom a gente têm **algumas coisas que são anuais** que a gente proporciona como, por exemplo, na **Semana do Meio Ambiente** a gente sempre procura fazer **atividades lúdicas** que envolvam desde os anos iniciais até os anos finais. A gente não tem perna como a gente diz, para atender todas as escolas, mas a gente procura então fazer um rodízio entre elas [...], a gente sempre procura fazer um rodízio, vai alternando entre elas para tentar oportunizar o máximo possível para que, pelo menos, a maioria delas possa participar [...]. (Entrevistada C)*

De fato, uma equipe de três pessoas não tem condições de atender todas as escolas e ofertas as atividades com todas as turmas. Apesar disso é notório o esforço da atual equipe em atender o maior número possível de estudantes.

A atividade “Nada no Tudo” compunha a programação oficial da Semana do Meio Ambiente 2016, sendo uma atividade dinâmica de sensibilização com alunos do ensino fundamental das escolas municipais. Para a dinâmica a equipe montou no pátio da Sala Verde uma trama de cordões com lixo seco pendurado como uma brincadeira de cama de gato e os alunos tinham que colocar um chapéu em formato de peixe e passar pela trama, em primeiro momento, sem tocar no material suspenso. A ideia da brincadeira era promover reflexões acerca da poluição dos rios e mares. Antes dessa brincadeira as crianças assistiam a uma palestra sobre questões ambientais relacionadas com a preservação dos recursos e depois da brincadeira formavam um círculo no pátio para pensar sobre os objetivos da atividade e retornavam ao auditório para conversar sobre os cuidados com os recursos hídricos.

Mais uma vez o caráter da atividade era direcionado à questão preservacionista, onde os recursos são tratados de maneira utilitarista. Apesar desse direcionamento, o qual considero pouco eficaz na construção de uma consciência ecológica, penso que a atividade era adaptada a idade escolar das crianças e com alguns ajustes teria seu potencial ampliado.

Revitalização de área pública (Figura 8)

Local: Avenida Frederico Dihl no bairro Bela Vista, Alvorada.

Público alvo: comunidade do bairro Bela Vista.

Número de participantes: 20 pessoas, sendo agentes públicos e comunidade.

Tempo de duração: 3 horas (manhã).

Objetivo: transformar um espaço de descarte irregular de resíduos em um jardim.

Figura 9 – Revitalização de área pública.



Fonte – arquivo pessoal.

Descrição da atividade:

A atividade surgiu de uma demanda da comunidade que solicitou auxílio à Secretaria de Meio Ambiente para revitalizar um espaço público que frequentemente servia como depósito irregular de resíduos. Antes da atividade, servidores da Secretaria de Limpeza Urbana removeram os resíduos do terreno. Na atividade se reuniram agentes da SMAM, Sala Verde e comunidade para efetuar plantios em floreiras, pintura de pneus reaproveitados e organizar o local.

Participei desta ação como servidora da SMAM e como pesquisadora participante das atividades da Sala Verde. Durante a ação, a equipe de Sala Verde, apesar de estar presente no local, não auxiliou no plantio nem na pintura dos pneus, optando por permanecer como expectadoras da atividade. Acredito que a opção tenha sido em decorrência de uma divisão de tarefas²⁴ com o setor de educação ambiental da SMAM.

Vejo algo negativo nessa divisão de tarefas entre as secretarias, uma vez que fragmenta as forças de educação ambiental no município. A história do movimento ambiental mostra que a união de forças favorece a luta, dessa maneira acredito que

²⁴Há uma divisão de tarefas no município onde foi acordado que a Sala Verde trabalha com as escolas municipais e o setor de educação ambiental da SMAM com as escolas particulares e comunidade em geral. Segundo os fundadores essa divisão nasceu junto com a inauguração da Sala Verde.

a união dos trabalhos desses servidores favoreceria o atendimento às demandas da população. O resultado da atividade foi positivo porque a área não voltou a ser uma região de deposição irregular de resíduos e a comunidade se apropriou do local, efetuando a manutenção da área.

Telecentro (Figura 9)

Local: Sala Verde Ligia Rockenbach.

Público alvo: comunidade alvoradense.

Número de participantes: 6 pessoas nos horários que observei, mas são cerca de mil e quatrocentas pessoas cadastradas para utilizar o espaço.

Tempo de duração: ciclos de 2 horas por usuário

Objetivo: ofertar um espaço para a inclusão digital.

Figura 9 – Espaço do telecentro



Fonte – arquivo da Sala Verde.

Descrição da atividade:

O espaço dedicado ao telecentro ocupa uma sala dentro do CEA Sala Verde, onde a comunidade pode utilizar computadores para procurar emprego, efetuar pesquisas escolares, trabalhar ou estudar. O cadastro é simples e rápido e o tempo de uso dos computadores e de dois ciclos de uma hora cada por usuário. Caso não haja outro usuário aguardando para usar os computadores o acesso é livre.

Diversos moradores usam o telecentro para trabalhos autônomos e alguns recebem ajuda para aprender a utilizar as mídias. Os computadores também são utilizados com as crianças para o uso de jogos *online* vinculados a temas ambientais. Segundo as servidoras são cerca de mil e quatrocentas pessoas cadastradas no telecentro.

Considero o espaço de grande valia para a inclusão digital da comunidade e popularização das mídias, visto que existe uma grande parcela da população que não possui computadores ou acesso à internet em suas residências.

REFLEXÕES E POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO OFERTADO NA SALA VERDE DE ALVORADA

Tendo em vista o conteúdo das entrevistas e o acompanhamento das ações desenvolvidas pelo Centro de Educação Ambiental Sala Verde Ligia Rockenbach, buscarei, neste capítulo, sistematizar algumas reflexões que possam vir a contribuir no trabalho ofertado nesse espaço.

No que se refere ao histórico de criação do Centro de Educação Ambiental Sala Verde Ligia Rockenbach na cidade de Alvorada, observo que a Sala Verde contou com a resistência dos arranjos político-partidários municipais e com o desmerecimento do projeto no início de sua trajetória, recebendo valorização à medida que a equipe de trabalho demonstrava eficácia na abordagem com a comunidade. Essa resistência, em alguma medida, sugere que o poder público municipal ainda não reconhece a importância da EA para a comunidade, desalinhando a política pública municipal de uma tendência mais geral, na qual a questão ambiental, nas últimas décadas, tem “mobilizado governos e sociedade civil” (CARVALHO, 2012, p. 24).

A Sala Verde, por ter sido a primeira implantada no estado, carece de maior consideração por parte do poder público municipal. Trata-se da expressão de uma política pública federal, com um tempo significativo de existência e que, assim como projetos políticos que favorecem o acesso à informação, é de suma importância para a popularização dos saberes, principalmente em comunidades carentes como a de Alvorada.

Como evidência dessa falta de reconhecimento, tem-se que inclusive as atuais servidoras desconheciam o histórico de fundação do local e, mesmo tendo uma proximidade com os fundadores – um deles frequentador assíduo dos cursos de formação de professores da SV –, não tiveram interesse em efetuar o resgate da memória do projeto, nem convidaram os pioneiros para compartilhar esse conhecimento.

Sobre as formações dos educadores ambientais promovidas pela equipe da Sala Verde, é importante que as atividades oferecidas, além de ouvir as demandas das escolas – o que já ocorre -, promovam a sensibilização dos professores, desconstruindo a ideia de que os educadores ambientais são apenas os professores

vinculados à área de Ciências da Natureza e de que a EA se limita a discussões relacionadas aos eventos biológicos, ecológicos ou que possuam caráter conservacionista. Além disso, é importante que haja uma incorporação das dimensões cultural e social na formação desses educadores ambientais, para que as ações efetuadas relacionem-se de tal maneira que ao invés de encaminharem atividades conservadoras, sejam capazes de promover ações transformadoras.

Outra questão que merece destaque é que havia uma euforia na fala nos fundadores demonstrando um comportamento ideológico de responsabilidade e preocupação com o trabalho oferecido à comunidade, revelando engajamento na luta ambiental, embora nenhum dos dois atue mais no CEA. Tendo em vista a formação acadêmica dos fundadores e a visão conservacionista de ambiente apresentada por eles, percebo, em seus discursos, a “utopia de um mundo melhor, ambientalmente preservado e socialmente justo” (CARVALHO, 2012, p. 40) que remete aos primórdios do movimento ecologista e à visão de ecologia enquanto ciência, nascida com o biólogo alemão Ernest Haeckel (CARVALHO, 2012).

Fica evidente nos relatos dos entrevistados a importância da continuidade e do fomento para o bom desenvolvimento das ações de EA. Infelizmente, percebo que ainda que regulamentada e garantida por leis mais amplas e duradouras, como a Lei nº 9795/1999 que evidencia a importância da continuidade das ações, a EA acaba tendo sua eficácia comprometida também pela interrupção frequente das ações dada pela alternância de partidos e propostas na gestão dos municípios.

No que se refere à análise das respostas que faziam referência às concepções de educação ambiental de cada entrevistado, é possível observar que apenas um dos cinco entrevistados demonstrou reconhecer a EA por intermédio de uma visão holística, distinguindo os diferentes elementos que fazem parte da trama que a constitui e caracteriza. O que se têm, ainda, é a persistência de visões calcadas da afirmação da dicotomia entre natureza e cultura que tendem a uma abordagem ora antropocêntrica, ora biocêntrica (CARVALHO, 2012). É importante ressaltar que isso dificulta, sobremaneira, a abordagem de questões complexas, como as ambientais. Também o desconhecimento dos documentos balisadores da EA no Brasil – apenas dois entrevistados demonstraram conhecer a legislação de

referência para a prática da EA – interpõe dificuldades à realização de um trabalho mais significativo, em especial no que se refere à promoção da cidadania.

Dentro dos eixos de atividades apresentados pela equipe fundadora da Sala Verde é possível perceber a predominância de uma concepção naturalista de ambiente, com ações que remetiam mais aos espaços naturais do que aos espaços socioambientais. Apesar dessa observação, não é possível afirmar que as atividades eram essencialmente conservacionistas, uma vez que nem todas puderam ser acompanhadas e outras se caracterizaram por um diálogo mais evidente entre natureza e cultura.

No que tange às ações da atual equipe da Sala Verde, concordo com o entrevistado A no que se refere à (des)valorização das ações quando diz que “a falta de apoio da gestão pública que reduz o potencial das atividades”, pois a alternância das equipes e das propostas que são apresentadas a cada nova gestão municipal instaura uma ruptura com efeitos negativos sobre o trabalho desenvolvido e se traduz em desconformidade com as políticas que balizam a EA nacional. Embora esse movimento de construção e desconstrução das equipes não seja propositalmente promovido pelo ente público, os prejuízos para o andamento e o prosseguimento das ações são de grande magnitude, tanto para os alunos, quanto para os professores, público alvo dessas ações.

Em geral, os discursos afirmam uma necessidade de valorização das atividades de EA nas escolas, na comunidade e no arranjo político, bem como a urgência da ampliação da equipe da Sala Verde e do retorno das parcerias com as universidades para melhor atender a população e formar novos educadores ambientais conhecedores da realidade local.

No que se refere à promoção da cidadania, apesar do esforço da atual equipe, há muitas barreiras a serem superadas, principalmente a dificuldade para a construção de leituras mais complexas dos problemas ambientais e para o desenvolvimento de ações mais duradouras (menos pontuais). A superação dessas barreiras, permitiria a modificação do foco das ações ofertadas do “saber fazer” ou saber cuidar”, para o “saber ler” o ambiente no qual estamos inseridos, favorecendo a construção de uma visão holística do papel do ser humano na trama ambiental e de suas interações com o ambiente sociocultural. Dito de outro modo, faz-se

necessária uma “troca das lentes” (CARVALHO, 2012), principalmente na formação desses educadores ambientais, visto que são multiplicadores dos saberes ambientais. É necessário que a educação ambiental oferecida no município de Alvorada responda às demandas da comunidade, construindo a trama inerente aos bairros e macrozonas que a compõem, oferecendo a abertura de diálogos sobre os espaços públicos e a interação dos diferentes sujeitos que compõem o espaço sociobioambiental da cidade.

Quanto à oferta, é possível perceber que em seus primórdios a Sala Verde não se limitava apenas à promoção de EA junto às escolas municipais de horário diurno, mas também atendia as escolas noturnas e a comunidade como um todo, comportamento integrador de valorização dos diferentes públicos e postura esperada de um local que pretende promover a cidadania e a reflexão socioambiental.

A superação desses limites poderia ocorrer com algumas mudanças relativamente simples que considero contribuir para a construção de uma nova realidade. Primeiramente, seria de suma importância que a equipe da Sala Verde não fosse modificada a cada nova gestão pública, porque, conforme citei anteriormente, esse comportamento cíclico promove a quebra do trabalho que é ofertado. Por conseguinte, seria importante que as portas da Sala Verde fossem abertas para discussões entre os diferentes segmentos do município, promovendo fóruns e seminários de discussões sobre os problemas que cercam a cidade, e discutindo essas mesmas questões como o poder público e com as escolas, obtendo assim um olhar mais amplo dos problemas do município. Também seria interessante que as servidoras da Sala Verde participassem de grupos de pesquisa de universidades e outros espaços educacionais, a fim de construir um olhar mais complexo e embasado sobre o espaço socioambiental.

Outra questão importante seria a aproximação da Sala Verde, vinculada à SMED, do Setor de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, pois esse distanciamento tem dificultado a ampliação e a multiplicação das ações de ambos os grupos na comunidade, tendo em vista, entre outras coisas, que a Sala Verde não tem sido capaz de atender a todas as escolas, de acordo com o relato de duas das entrevistadas. Acredito que a união das duas forças e a troca de

experiências entre os dois setores enriqueceria as ações já ofertadas e atenderia uma parcela maior da população.

Enfim, sinto que os entrevistados almejam e acreditam na possibilidade de construção de novas relações, buscando experimentar em suas vidas cotidianas atitudes e comportamentos ecologicamente orientados, possuindo modos próprios de pensar o mundo e servindo como elementos balisadores de esperança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org.). **Raízes de Alvorada: Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: EST, 2006, p. 664.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. (Org.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL. **Projeto Salas Verdes**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educocomunicacao/salas-verdes#oprojeto>>. Acesso em: 23 de Março de 2016.

_____. **Programa nacional de educação ambiental – ProNEA**. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. 4ªEd, Brasília: 2014. 114p.

_____. **Editais de Chamada Pública nº 01/2013**. Projeto Salas Verdes. Brasília – DF. Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/sustentavel/sustentabilidade/pdf/Salas_verdes/Editais_Projeto_Sala_Verde_01_2013_3.pdf>. Acesso em: 23 de Março de 2016.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 07 de nov. 2016.

_____. **Relatório descritivo e analítico contendo o estado atual das Salas Verdes e Coletivos Educadores**. Ministério do Meio Ambiente Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Projeto BRA/09/005. Contrato n.º 110193. Brasília – DF, 05 de outubro de 2010. Consultor: Fábio Deboni da Silva. Contrato N° 110193. Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/005. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/PRODUTO_1_Fabio_Deboni_vspublica.pdf>. Acesso em: 02 de mai. 2016.

_____. **Programa nacional de educação ambiental – ProNEA**. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3ªEd, Brasília: 2005. 102p.

_____. **Projeto político pedagógico aplicado a centros de educação ambiental e a salas verdes**. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Fábio Deboni da Silva (Org.). Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 36 páginas.

_____. **Centros de Educação ambiental: manual de orientação.** Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental. Fábio Deboni da Silva (Org.). Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 27p.

_____. **Identidades da educação ambiental brasileira.** Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.156p.

_____. Decreto nº 9.795 de 27 de Abril de 1999. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 28 abr.1999. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>>. Acesso em: 28/04/2016.

_____. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil.** Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto, 1ª Edição. Brasília - DF, 1998. Disponível em:<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/A_implanta%C3%A7%C3%A3o_da_EA_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 02 de mai. 2016.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em 24/10/2016.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; STEIL, Carlos Alberto. **Percepção e ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica.** Rev. Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental, ISSN 1517-1256, V. especial, março de 2013.

CARVALHO. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades na escola. In: Pernambuco, Marta; Paiva, Irene. (Org.). **Práticas coletivas na escola.** 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013, v. 1, p. 115-124.

_____. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico.** 6ª Edição, São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil.** 2ª Edição, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** A era da informação: economia, identidade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999, volume 2, Capítulo 3, O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista, p. 141-166.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ética, 2000. Disponível em:
<http://www.filosofia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/classicos_da_filosofia/convite.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2016.

GRANDO, Diego. Tropicália: guia de interpretação. Porto Alegre: Leitura XXI, 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, p. 87-155, 2000.

LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, Florianópolis, v. 12, n. 13, p. pp. 11-29, nov. 2007. ISSN 2175-7976. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/383/9913>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Editora Vozes: Porto Alegre, 2001.

LISBOA, Cassiano Pamplona. **(Re) contando histórias: o ambiente tematizado a partir dos itinerários de vida**. Porto Alegre: UFRGS, 2007, 180 f.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: 2. Ed, E. P. U., 2013.

SAUVÈ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 17-44. .

SCHWANKE, C. (Org.). **Ambiente: tecnologias**. Porto Alegre: Bookman, 2013. 270p. (Série Tekne).

SILVA, Fábio Deboni da. **Histórico, classificação e análise de centros de educação ambiental no Brasil**. São Paulo, Piracicaba: 2004. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

SORRENTINO, M et. all. Educação ambiental como política pública In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, mai/ago 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

VERDADE, Marco Aurélio Locateli. **Projeto sala verde na região sul do brasil: subsídios para o estabelecimento de um novo programa de gestão diante das evidências observadas pelos educadores**. Tese de Doutorado em Educação pela Universidad Evangélica del Paraguay. Asunción, Paraguay, Janeiro de 2010.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista individual para as servidoras atuais da Sala Verde.

		Enfoque	Questões abordadas
	Introdução	Apresentar a pesquisadora; Explicar a pesquisa; Destacar a relevância ambiental, social e histórica da pesquisa; Obter dados de descrição básica do perfil dos entrevistados; Obter o Termo de consentimento pós-informado de participação em pesquisa.	****
Do sujeito	Trajetória	Conhecer o entrevistado permitindo a lembrança de suas trajetórias de vida e de formação profissional;	Você poderia me contar a sua trajetória de vida? Quanto tempo mora em Alvorada? Poderias falar um pouco sobre a tua trajetória formativa? Quando você se lembra da sua trajetória, que sentimentos estão associados?
	Educação ambiental	Verificar o conceito de educação ambiental do entrevistado;	O que você entende por EA e por ambiente? Como você percebe o papel do ser humano nesse contexto? Como você intervém nesse contexto? Você poderia destacar atitudes, ações ou atividades que considera importante?
Sala Verde	Trabalho	Verificar se os atuais servidores conhecem a história da sala verde.	O que você sabe sobre a fundação da sala verde? Descreva o espaço físico da sala verde com seus pontos positivos e negativos. Como você se sente trabalhando na sala verde? Você acha que o seu trabalho o faz pensar e aprender coisas novas?
	Expectativas	Verificar se há expectativas sobre o trabalho efetuado com a comunidade escolar.	Quais e como as atividades da sala verde são desenvolvidas? Você acha que as atividades da sala contribuem com a comunidade? De que formas? Quais repercussões você espera?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para os fundadores da Sala Verde: grupo de rememoração.

	Enfoque	Questões abordadas
Introdução	Apresentar a pesquisadora; Explicar a pesquisa; Destacar a relevância ambiental, social e histórica da pesquisa; Obter dados de descrição básica do perfil dos entrevistados; Obter o Termo de consentimento pós-informado de participação em pesquisa.	****
Dos sujeitos - grupo	Trajetórias	Vocês poderiam me contar as suas trajetórias de vida? Como se conheceram? Quando vocês se lembram das suas trajetórias que sentimentos estão associados?
	Educação ambiental	Qual o conceito de educação ambiental que vocês tinham quando fundaram a sala verde? Vocês acham essa ideia de EA mudou com o passar do tempo? Qual seria o conceito de EA que vocês têm agora? Como vocês vêm às questões ambientais atualmente? Como vocês intervêm nesse contexto?
Sala Verde	Fundação	De quem foi à iniciativa de fundar a sala verde? Quais foram às motivações para o projeto? Quais eram as atividades da sala verde na sua época? Que tipo de expectativa vocês tinham para esse espaço de educação ambiental? Quais foram às dificuldades e durante a implantação?
	Expectativas	Vocês sabem o que a sala verde faz agora? Se vocês tivessem que ter expectativas atuais sobre as atividades prestadas, quais seriam?

APÊNDICE C – Termo de consentimento pré-informado.

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “**Sala Verde de Alvorada: desafios para a promoção de uma educação ambiental cidadã capaz de enfrentar os conflitos socioambientais**”, que será realizado por Gabrielli da Silva Pio, graduanda do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, tem como objetivo verificar o trabalho oferecido pela Sala Verde às escolas da rede pública de Alvorada, avaliando os desafios e possibilidades para o espaço, bem como relacionar as atividades desenvolvidas com o referencial teórico. As informações providas dessa pesquisa contribuirão para reflexões no campo da educação ambiental. Para tanto, a metodologia utilizada será: a) *pesquisa participante* – caracteriza-se pelo envolvimento do pesquisador com o objeto estudado e pela participação dos sujeitos pesquisados no processo de elaboração do trabalho, prezando pela ética nas relações que serão estabelecidas no decorrer da investigação; b) *pesquisa bibliográfica* – compreende a busca e seleção de contribuições de outros pesquisadores que já explanaram sobre práticas ecológicas; c) *entrevistas semiestruturadas* – têm como premissa utilizar perguntas que orientam um diálogo dinâmico e espontâneo, mantendo a entrevista no contexto do estudo; d) *pesquisa documental* – acesso e utilização dos documentos não formais existentes sobre a Sala Verde, que possam contribuir na aquisição de dados. Serão realizado encontros com o grupo focal e com as servidoras da Sala Verde de Alvorada, com o propósito de fornecer informações a respeito da forma como o trabalho será desenvolvido e sobre como os resultados poderão ser verificados posteriormente.

Ainda, de acordo com a Resolução MS/CNS 466/2012, algumas informações importantes precisam ser elucidadas para que não haja nenhum desconforto ou prejuízo para os participantes. São elas:

- a) a realização das entrevistas poderá evocar lembranças alterando o estado emocional dos participantes. Nestes casos, será concedida aos sujeitos plena liberdade para não falarem sobre determinados assuntos e/ou interromperem a entrevista, conforme lhes parecer necessário;
- b) é dada garantia de plena liberdade aos participantes da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;
- c) é dada a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases de realização da mesma;
- d) é dada a garantia de que os participantes da pesquisa receberão uma via desse Termo de Consentimento de Participação em Pesquisa assinada pelos pesquisadores responsáveis;

Eu _____, consciente das informações acima prestadas, aceito participar da pesquisa intitulada “**Formação do sujeito ecológico: desafios e possibilidades para o trabalho de educação ambiental oferecido pela equipe da Sala Verde às escolas da rede municipal de Alvorada**”, de autoria de Gabrielli da Silva Pio (pesquisadora), estudante do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Câmpus Porto Alegre, orientada pelo professor Cassiano Pamplona Lisboa.

Declaro ter sido previamente informado/a pela pesquisadora dos objetivos da pesquisa, da metodologia, das ações que serão empregadas e dos riscos e garantias na participação dessa pesquisa. Dito isso:

() **Autorizo a pesquisadora a utilizar as informações que forneci** (em encontros coletivos e/ou individuais) na elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso e de outras possíveis publicações (desde que seja informado/a previamente).

() **Autorizo a pesquisadora a utilizar minha imagem** (registrada através de fotografias e filmagens) na elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso e de outras possíveis publicações (desde que seja informado/a previamente).

Nome completo: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Assinatura

(pesquisado)

Gabrielli da Silva Pio

(pesquisadora)

ANEXO A – Principais ações, projetos e programas executados pela equipe da Sala Verde Ligia Rockenbach durante a atual gestão:

Denominação do Projeto/Programa/Ação	Do que se trata
Conferência Nacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente em 2013	Organização da etapa municipal e encaminhamento para a etapa estadual da Conferência (sem mais informações precisas nem documentadas).
Vitalização na EMEF Leonel de Moura Brizola em 2013	Assessoria aos professores e atividades com os alunos durante o período de aula, com plantio no jardim e uso de materiais recicláveis (sem mais informações precisas nem documentadas).
Ação de Volta às Aulas 2014	Divulgação da proposta pedagógica do Centro, distribuição de mudas ornamentais. Evento realizado na principal praça da cidade.
Mudança para sede própria em 2014	Mudança da sala da SMED, onde funcionava, para a antiga sede da Biblioteca Virtual do SESI (Rua Roberto de Souza Feijó, 11, pda. 48), por não ter ocorrido a renovação do convênio em agosto de 2012.
Comemorações da Semana do Meio Ambiente 2014	Composição da Programação Oficial da Semana do Meio Ambiente, com atividades realizadas na sede do CEA Sala Verde (Oficina de sensibilização ambiental com alunos do ensino fundamental das escolas municipais; Oficina ecopedagógica de reaproveitamento de resíduos sólidos – porta-trecos- com alunos do ensino fundamental das escolas municipais; Exibição dos filmes do Circuito Tela Verde com bate-papo com o prefeito, com alunos da EJA das escolas municipais; Formação de professores das escolas municipais: Formando COM-VIDA; Sarau poético e musical de inauguração da nova sede, em local próprio, com a presença da patrona do CEA, senhora Ligia Rockenbach).
Participação nas ações do “Prefeitura na Comunidade” de 2014 à 2016	Diálogo com a população sobre os cuidados com o ambiente, destino adequado dos resíduos e reaproveitamento de materiais, nos bairros Onze de Abril, Algarve, Stela Maris.
Participação na acolhida aos moradores do Condomínio Altos da Figueira em 2014	Diálogo com os novos moradores sobre os cuidados com o ambiente, destino adequado dos resíduos, reaproveitamento de materiais e ações e rotinas em ambientes coletivos.
Formação com servidores da SMED: “E eu com isso?!” em 2014	Circuito de palestras que objetivam a reflexão e sensibilização sobre comprometimento individual e coletivo com a Sustentabilidade.
Participação nos Grupos	Composição de Grupos de Trabalho da Gestão

de Trabalho da Gestão Municipal em 2014 e 2015	Municipal: GT Resíduos, que busca alternativas para a produção dos resíduos produzidos pela cidade; GT Meio Ambiente, que debate diversos aspectos acerca do tema.
Composição do Comitê de Enfrentamento à Dengue em 2014 e 2015	Ação junto a diferentes Secretarias (SMS/SMED/SMAM/SMSU/SMOV) para amenizar o crescimento de focos de proliferação do mosquito vetor.
FECITAL 2014 (Feira Municipal de Ciências, Inventos e Tecnologias)	Participação com exibição de vídeos do Circuito Tela Verde, divulgação de materiais produzidos como alternativa ao reaproveitamento, atividade lúdico-pedagógica – Jogo “Prepara, separa, compara”
Participação no VIII FBEA em Belém do Pará com apresentação de trabalho em 2014	Apresentação de trabalho na categoria “Vivências/Políticas Públicas de EA”: FECITAL e atividade lúdico-pedagógica – Jogo “Prepara, separa, compara”
Divulgação do “Selo Descartes: penso, logo reciclo” e da “Lei do Lixo” em 2014	Formação com os professores nas reuniões pedagógicas das escolas municipais, junto com a SMAM, sobre a “Lei do Lixo”, sobre a correta destinação dos resíduos e divulgação da campanha do “Selo Descartes – Penso, logo reciclo”, realizadas nas seguintes escolas: EMEF Frederico Dihl, EMEF Alfredo José Justo, EMEF Alice de Carvalho, EMEF Cecília Meireles, EMEF Almira Feijó, EMEF Alcides Maia, EMEF Duque de Caxias, EMEF Cléo dos Santos, EMEF Dom Pedro II, EMEF Herbert José de Souza, EMEF Gentil Machado de Godoy, EMEF Leonel de Moura Brizola, EMEF Padre Léo, EMEF Emília de Oliveira, EMEF João Carlos de Vilagran Cabrita, EMEF Rui Barbosa, EMEF Normélio Pereira de Barcelos, EMEF Podalírio Inácio de Barcelos, EMEF Idalina de Freitas Lima, EMEF Nova Petrópolis.
*Sessão de Estudos com Professores que desenvolvem Projetos de Hora Atividade do Eixo 5: Educação, Ambiente, Biodiversidade e Sustentabilidade em 2015 e 2016	Formação com os professores que desenvolvem estes projetos nas escolas municipais, objetivando discussões acerca da Educação Ambiental e da formação de sujeitos ecológicos.
Formando COM-Vida em 2015	Formação com os Professores e com alunos das EMEFs Elisardo Duarte Neto e Herbert José de Souza sobre implantação da Comissão de Meio Ambiente Qualidade de Vida na Escola
Lazer na Avenida nas edições ocorridas em 2015 e 2016	Disponibilização de brinquedos confeccionados com material reciclável como alternativa de reaproveitamento.
Dia da Família em 2015 e	Participação nas atividades com a comunidade escolar

2016	da EMEF Elisardo Duarte Neto, com exposição de objetos, diálogo com a população sobre os cuidados com o ambiente, destino adequado dos resíduos e reaproveitamento de materiais, e palestra sobre o combate ao Aedes.
Comemorações da Semana do Meio Ambiente 2015	Composição da Programação Oficial da Semana do Meio Ambiente, com atividades realizadas na sede do CEA Sala Verde (Oficina Luxo no Lixo – produção de castiçais com reaproveitamento de vidros, no Paço Municipal para a Comunidade em geral, Oficina ecopedagógica de reaproveitamento de resíduos sólidos - brinquedos - com alunos do ensino fundamental das escolas municipais; Circuito de Jogos Ecovirtuais com alunos do ensino fundamental das escolas municipais, Exibição do documentário “Gravataí, um Rio em Minha Vida” e bate-papo com os produtores do mesmo, Ação de Sensibilização sobre os resíduos sólidos “Porta-a-Porta”).
Capacitação para as serventes merendeiras, cozinheiras e auxiliares em 2015	Palestra que objetiva a reflexão e sensibilização sobre comprometimento individual e coletivo com a Sustentabilidade, sobre a correta destinação dos resíduos e formas de redução ou reaproveitamento dos mesmos, bem como, acondicionamento correto para o descarte.
Distribuição de materiais desde 2014	Entrega de materiais institucionais ou recebidos das entidades parceiras e/ou conveniadas para composição do acervo das escolas, ou arquivo pessoal dos professores que participaram das capacitações (DVD “Gravataí, um Rio em minha vida”; Cartazes da Campanha contra a Dengue; Banners da Campanha de Combate ao Aedes; DVD Projeto Rio Limpo; DVD Mapa Interativo da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, do Projeto Rio Limpo; Planisfério da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí; Cartilha “Joca, o jacaré que mora no Rio Gravataí”; Guia da Flora e Fauna e ecossistemas associados da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí; Kit “10 passos pra preservar o Rio Gravataí”; Relatório do Projeto Rio Limpo 2014-2016.
Vitalização da Praça da Reserva no Jardim Aparecida em 2016	Assessoria aos organizadores, com sugestões de alternativas de canteiros verticais, reutilizando garrafas PET, técnicas de plantio e manutenção de jardins.
*Revitalização de área pública na Avenida Frederico Dohl no bairro Bela Vista em 2016	Participação na ação junto a outras Secretarias (SMAM, SMSU e SMOV) e comunidade, no plantio em pneus para recuperação de área pública que estava sendo utilizada como foco de depósito irregular de resíduos.
Visita Orientada ao Litoral e ao CECLIMAR em 2015	Visita Orientada ao Litoral e ao CECLIMAR com alunos do 3º ano da EMEF Guilhermina do Amaral, que realizaram atividade sobre o oceano para a FECITAL,

	etapa escolar, entre os quais muitos não conheciam o mar.
Palestra sobre Educação Ambiental em 2016	Formação com a equipe pedagógica da EMEF João Carlos de Vilagran Cabrita, durante a reunião pedagógica, sobre as diretrizes e princípios da Educação Ambiental e manuseio dos materiais já distribuídos.
Palestra sobre Resíduos Sólidos desde 2014	Formação com alunos das escolas municipais sobre a correta destinação dos resíduos e formas de redução ou reaproveitamento dos mesmos, já realizadas na EMEF Monteiro Lobato (18 turmas), EMEF Capitão Gentil Machado de Godoy (10 turmas), EMEF Cléo dos Santos (4 turmas), EMEF Podalírio Inácio de Barcelos (6 turmas).
Conferência das Cidades 2016	Composição da Comissão Organizadora da Etapa Municipal da Conferência das Cidades
*Compartilhando Saberes em 2016	Formação com os Professores de Ciências da rede Municipal, com a temática da socialização das práticas pedagógicas que vem sendo realizadas nas escolas, atividade preparatória para a formação ofertada pela SMED.
Inauguração da EMEI Glasfira Monroe	Participação na atividade de inauguração com a disponibilização de brinquedos confeccionados como alternativa de reaproveitamento de resíduos sólidos.
*Comemorações da Semana do Meio Ambiente 2016	Composição da Programação Oficial da Semana do Meio Ambiente, com atividades realizadas na sede do CEA Sala Verde (Dinâmica de Sensibilização “Nada No Tudo” com alunos do ensino fundamental das escolas municipais, Circuito de Jogos Ecovirtuais com alunos do ensino fundamental das escolas municipais, Palestras “E Eu Com Isso?!” - reflexão sobre comprometimento individual num cotidiano sustentável para os alunos da EJA das escolas municipais).
*Refrescando Ideias 2016	Atividades componentes da XXIII Semana Interamericana da Água e XVI Semana Estadual da Água, promovida pela ABES, sendo uma Mostra Pública de Trabalhos, tendo palestra para os professores com a equipe técnica da CORSAN de Alvorada, Apresentação de banners sobre atividades realizadas pelos professores da rede municipal de ensino com a temática da água, Trabalhos de alunos, e exposição da Maquete da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, do Projeto Rio Limpo.
Credenciamento para o CTV – Circuito Tela Verde - Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente em 2014	Exibição dos vídeos, seguido de debates.

Palestras nas escolas municipais desde 2014	Realização de palestras de acordo com as solicitações e planejamentos pedagógicos das escolas que solicitam; a equipe encontra-se com os professores solicitantes e planejam a intervenção dentro da temática solicitada.
Composição do COMDEMA desde 2014	Compomos o COMDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente – Gestão Municipal e Entidades Cíveis) como representantes da SMED
Campanha contra a Dengue em 2014 e 2015	Palestras junto com a Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Sanitária – Setor de Zoonoses, sobre o combate e prevenção à Dengue, nas escolas municipais.
Formando COM-Vida de 2014 à 2016	Formação de Professores sobre implantação da Comissão de Meio Ambiente Qualidade de Vida na Escola.
Jardinagem na Adoção de Canteiro em 2015	Assessoria de Educação Ambiental, junto com os alunos do Módulo de Jardinagem e Noções de Paisagismo da EJA, à equipe pedagógica da EMEF João Carlos de Vilagran Cabrita, para desenvolver projeto de jardinagem no novo canteiro da Avenida Ipiranga, desdobramento do Projeto Rio Limpo.
Palestras sobre o combate ao Aedes em 2016	Em parceria com o SMS/Vigilância Sanitária - Setor de Zoonoses, realização de palestras nas escolas municipais, para alunos e professores.
Módulo de Jardinagem e Noções de Paisagismo em 2015 e 2016	Ministração da Parte Diversificada do currículo da EJA das escolas municipais (5 turmas em 2015 e 2 turmas em 2016)
*Roteiro Ambiental desde 2015	Visita orientada aos pontos de maior relevância ambiental do município, utilizando os ônibus da SMED nos intervalos das rotas escolares, já realizados com as escolas EMEF Paulo Freire (3 vezes), EMEF Padre Léo (2 vezes), EMEF Guilhermina do Amaral (3 vezes), EMEF Dom Pedro (1 vez), EMEF Cléo dos Santos (1vez), EMEF Alfredo José Justo (2 vezes), EMEF Frederico Dihl (2 vezes), CMEP Florestan Fernandes – alunos do módulo de jardinagem (2 vezes)
*Abertura e Funcionamento do Telecentro em 2014	Instalação dos equipamentos recebidos do Ministério das Comunicações em 2011, para atendimento ao público com acesso a internet livre para pesquisa e/ou trabalho.
Vitalização da Sede da SMED em 2016	Plantio de mudas ornamentais e manutenção de vasos e floreiras da sede da SMED.
Composição do Comitê de Combate ao Aedes em 2015 e 2016	Ação junto a diferentes Secretarias (SMS/SMED/SMAM/SMSU/SMOV) para amenizar o crescimento de focos de proliferação do mosquito vetor.
Mostra Itinerante dos banners “Refrescando Ideias”	Exposição dos banners apresentados na XXIII Semana Interamericana da Água e XVI Semana Estadual da Água nas escolas onde atuam os professores que

	expuseram seus trabalhos.
Publicação de material sobre o Circuito Tela Verde em 2016	Encaminhamento de registros sobre as exposições do Circuito Tela Verde, para composição de uma publicação do Ministério do Meio Ambiente e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Relação de programas e órgãos decorrentes de parcerias/cooperação/convênio vinculadas à Sala Verde:

Denominação do Projeto/Programa/Ação	Órgão/Entidade	Do que se trata	Situação em que se encontra
Educação Ecológica com Jogos de xadrez nas Escolas	ONG Embrião	Oficinas de Xadrez Sustentável nas escolas municipais (EMEF Idalina de Freitas Lima, EMEF Normélio Pereira de Barcelos, EMEF Padre Léo, EMEF Guilhermina do Amaral, EMEF Cléo dos Santos, EMEF Podalírio Inácio de Barcelos).	Encerrado (Vigência: Julho a dezembro de 2013)
Projeto Educação Ambiental para Conservação e Gestão dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí em 2014	Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, e Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Instituto de Biociências – Departamento de Ecologia)	Organização do Processo Seletivo do Curso de Formação de Professores “Educação Ambiental para a Conservação e Gestão de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí”, oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em parceria com o Comitê de Gerenciamento da	Encerrado (Vigência: Março a Dezembro de 2014)

		Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, para o qual foram disponibilizadas 6 vagas para os professores da rede municipal, e a contrapartida do município era liberar os professores para frequentarem as aulas e disponibilizar o transporte para o deslocamento dos mesmos até os locais das aulas.	
Contratação do Projeto "Gravataí, um rio em minha escola" de 2014 até 2016	Produtores do documentário	Circuito de debates com os produtores do documentário "Gravataí, um Rio em Minha Vida". As Escolas Municipais receberam o DVD para seus acervos, e a prefeitura tem direito de exibição pública livre do filme em todas as ocasiões em que considerar conveniente.	Encerrado (Vigência: Agosto de 2014 a Dezembro de 2016)
Projeto Rio Limpo em 2015	Associação de Preservação da Natureza do Vale do Gravataí (APN-VG)	Organização de processos seletivos para determinar 2 escolas (EMEF Alfredo José Justo e EMEF João Carlos de Vilagran Cabrita) para receberem atividades de educação ambiental, e de 48	Encerrado (Vigência: Abril a Dezembro de 2015)

		professores da rede municipal para participarem da capacitação ofertada com duração total de 60h. A contrapartida do município foi organizar a seleção, disponibilizar espaço para a capacitação de professores (sede do CEA Sala Verde) e liberar estes para participarem das formações.	
Projeto Verde-Azul	Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS)	Seleção de 3 escolas (EMEF Normélio Pereira de Barcelos, em 2016; EMEF Leonel de Moura Brizola, em 2017; EMEF Monteiro Lobato, em 2018) para participarem do Projeto Verde-Azul, o qual promove capacitação para que a comunidade escolar participe da conservação de seu ambiente local.	Em andamento (Vigência: Julho de 2016 a Dezembro de 2018)